



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

ORDEM DE TRABALHOS:

PONTO 1:

Apresentação, discussão e votação do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal referentes ao ano de 2021, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 77 do CAM.

PONTO 2:

Informações Gerais

31 MAR. | 2022

20H00 | Auditório do edifício
da Galeria Municipal



ORGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente Maria das Mercês Gomes Borges

Secretários Manuel Jesus Gonçalves Agostinho

Joaquim Filipe Manuel

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Pedro Nuno Luís dos Santos

Vogais Patrícia Carla Gomes Rolo Soares da Silva

Diamantino Jacinto Lopes Bonito

CONSELHO FISCAL

Presidente - António Manuel Corrêa Sousa Fortunato

Vogais João Maria Silva Costa

Adelina Isabel Lopa Silva Marques

Suplente Vera Lúcia Pialgata Silva

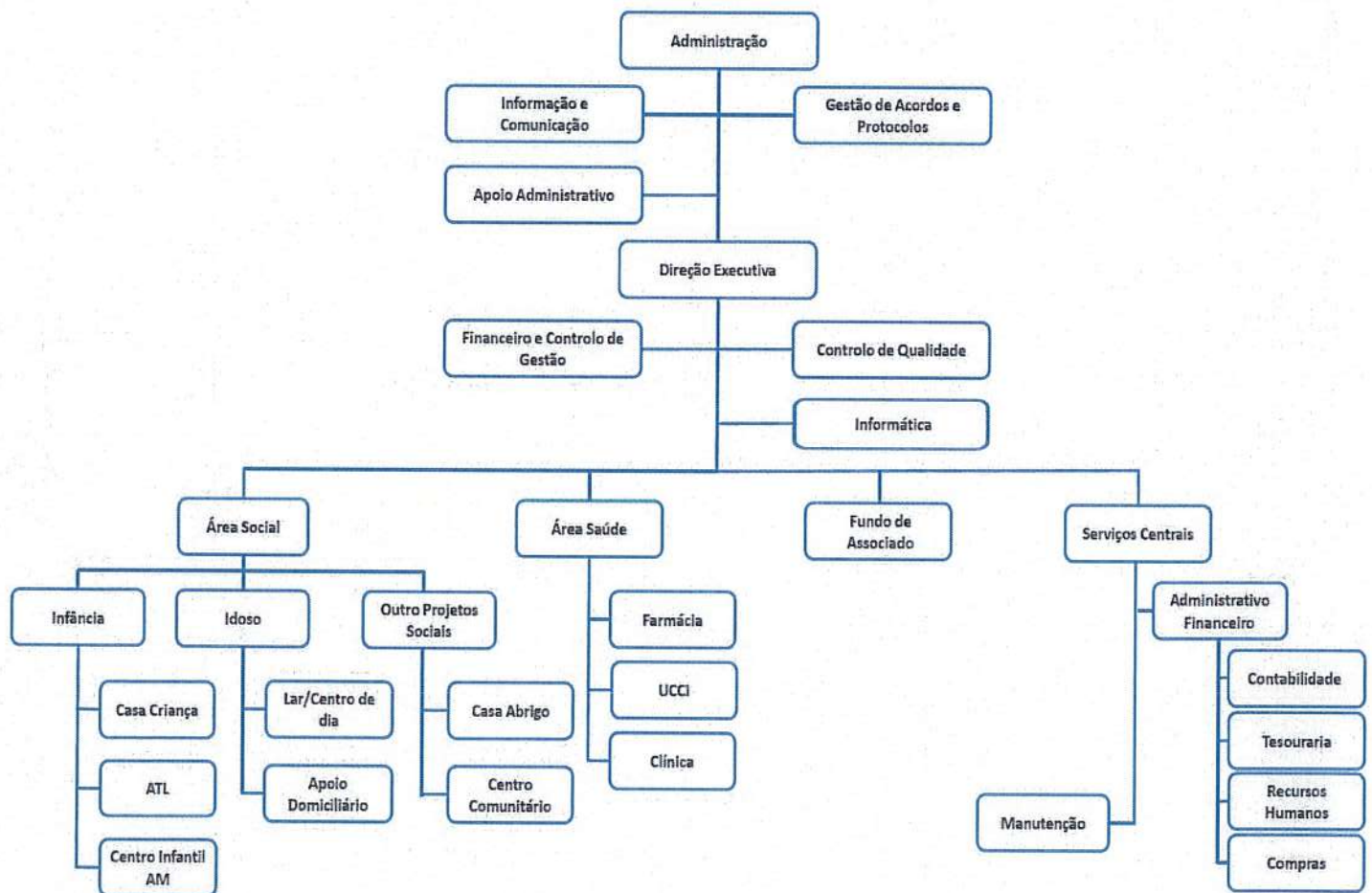
REVISOR OFICIAL DE CONTAS

JT Santos & Associado - SROC, Lda, representada por Joaquim Manuel
Teixeira dos Santos, ROC n.º 1245

SECRETARIADO

Efetivo Ana Clara Falua Gonilho

ORGANOGRAMA



INTRODUÇÃO

O ano de 2021 continuou a ser fortemente fustigado pelo surto pandémico decretado pela OMS a 11 de março de 2020, com medidas de confinamento, encerramento de escolas, entre outras.

Os Planos de Contingência implementados foram sendo sucessivamente alterados e adaptados, não só de acordo com as sucessivas orientações da DGS, como tendo ainda em atenção as particularidades de cada Equipamento.

Os impactos desta crise pandémica que se faz sentir pelo segundo ano consecutivo, têm vindo a ter consequências na atividade, com intensidade e forma variadas.

A nível económico/financeiro, a área da infância continuou muito afetada, quer pelo encerramento de escolas e consequente redução da comparticipação familiar em 50%, nesses períodos. Valeu o apoio do Estado quer no cumprimento dos Acordos na plenitude, quer no apoio em períodos de encerramento.

Relativamente à área social Idoso, o Centro de Dia permaneceu encerrado desde o início da pandemia até outubro p.p., data a partir da qual reabriu, mas com regresso tímido e paulatino.

Em 2021 permaneceu a necessidade de readaptar locais e “layout dos espaços” com base nas sucessivas orientações de prevenção, particularizando, criando circuitos próprios de áreas de contingência, bem como criação de espaços para garantia de distanciamento físico, a que acresce a necessidade continua de aquisição de EPI's, equipamento e materiais de higienização, entre muitos outros.

Todas estas e outras medidas conduziram inevitavelmente a aumento de custos com receitas de exploração em contraciclo.

Por último, não podemos deixar de referir, que 2021 continuou a ser um ano de extrema exigência, e que pese embora as diversas contrariedades, a prática de gestão se pautou no sentido do cumprimento dos objetivos e rigor.

O facto de estarmos em período pré endémico, segundo os especialistas, não nos é ainda permitido perspetivar os reais efeitos na economia em termos globais, e em particular na social, facto que está agravado no presente pela guerra que se instalou entre a Rússia e a Ucrânia.

As sanções financeiras à Rússia mantêm sob pressão o preço do petróleo, gás natural, trigo e milho, com estes dois últimos a representar respetivamente 33% e 20% do comércio global.

Por outro lado, mantém-se ainda em incógnita a evolução das taxas de juro, numa tentativa de conter a subida mais exponencial da inflação.

Estamos perante um cenário de incerteza, caracterizado, por mais, inflação, desequilíbrios, escalada nos preços de alimentos e energia, e menos crescimento económico.

Apesar de todas as incertezas, uma certeza permanece, não serão medidos esforços para garantia da sobrevivência desta Instituição, bem como, salvaguardando sempre o interesse e apoio aos nossos Utentes, o que só é possível porque contamos com o Empenho e Dedicção de Todos.

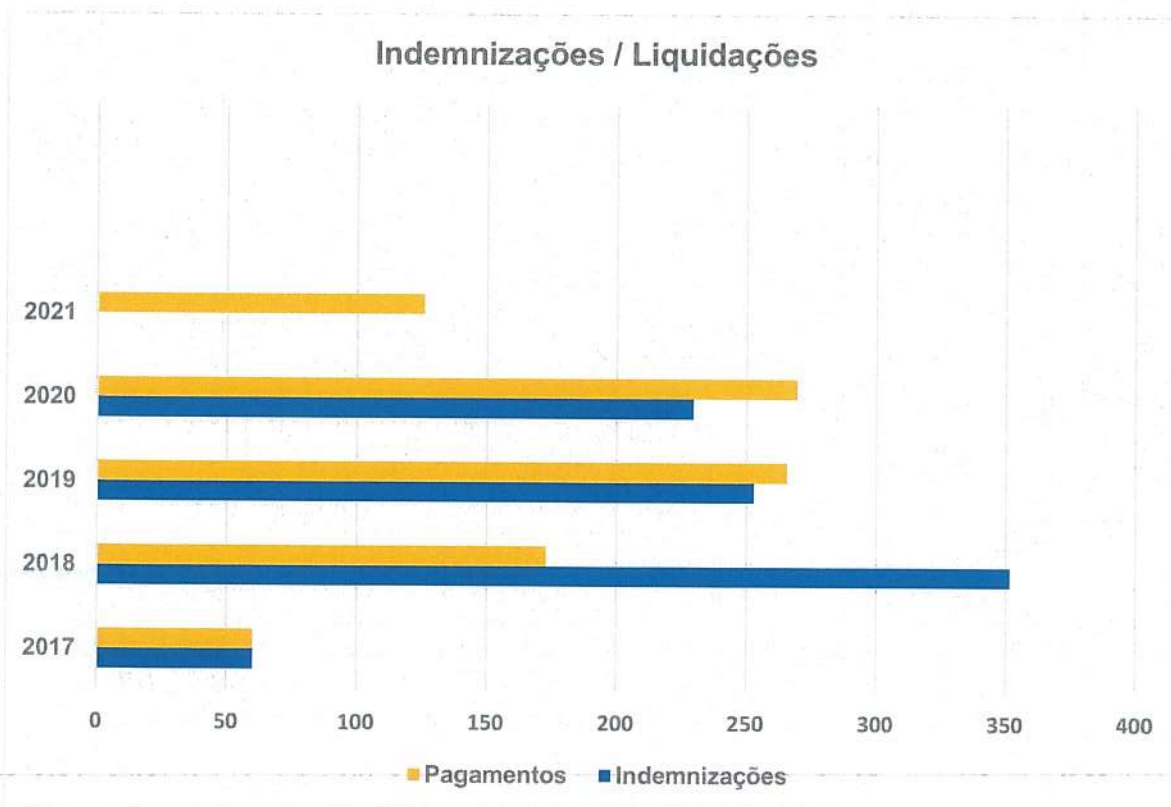
RETROSPETIVA

Decorridos 2 anos do atual mandato, foram concluídas algumas das medidas estratégicas, estruturais e transversais a toda a Instituição, algumas das quais iniciadas em 2017, amplamente apresentadas e debatidas nas várias Assembleias, quer aquando da análise e aprovação dos Planos e/ou Relatórios de Gestão, com vista ao ajuste da sua estrutura económico-financeira, dando assim por concluído todo um trabalho de fundo, cujos focos principais, foram inevitavelmente, a sustentabilidade e o honrar de todos os compromissos.

- Conclusão em termos financeiros de toda a Reestruturação do Quadro de Pessoal, com um custo global 893 727,59 €.

Acordos	Terminados	Valor Total	Valor Pago
Total		893 727,59	893 727,59 100,00%
Acordos terminados	893 727,59	100,00%	
2017	1ª Fase	59 957,29	59 957,29
2018	2ª Fase	144 694,50	144 694,50
2018	3ª Fase	206 835,01	206 835,01
2019	4ª Fase	233 271,21	233 271,21
2019	5ª Fase	19 531,96	19 531,96
2020	6ª Fase	229 437,62	229 437,62
	Total	893 727,59	893 727,59

Gasto / Pagamento / %	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Indemnizações / Ano	59 957,29	351 529,51	252 803,17	229 437,62		893 727,59
Pagamentos / Ano	59 957,29	172 779,92	265 674,36	269 524,42	125 791,60	893 727,59
	59 957,29					59 957,29
		172 779,92	178 749,59			351 529,51
			86 924,77	165 878,40		252 803,17
				103 646,02	125 791,60	229 437,62
2017	100,00%					
2018		49,15%	50,85%			
2019			34,38%	65,62%		
2020				45,17%	54,83%	



- Integração do pessoal da limpeza, função exteriorizada em 2018.
- Prorrogação do Contrato de Cedência de Exploração do Centro Clínico até 31 de dezembro/2022.
- Reabertura do Centro de Dia a partir de outubro p.p.
- Renovação da Certificação de Qualidade.
- A Casa Abrigo foi ainda sujeita a uma outra auditoria externa, promovida pela Comissão de Cidadania e Igualdade de Género, decorrente do **processo de certificação das estruturas que integram a Rede Nacional de Apoio a Vitimas de Violência Doméstica (RNAVVD)**. Este processo avaliativo previa a **verificação da implementação das prerrogativas legislativas** que derivaram das recomendações/determinações do órgão especializado independente responsável por acompanhar a **implementação da Convenção do Conselho da Europa sobre Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher e à Violência Doméstica (GREVIO)**.
- **Início do pagamento aos credores comuns e banca no âmbito do PER, a partir de janeiro e outubro**, respetivamente, sendo que, o Montepio e o Novo Banco, prolongaram o período de carência de capital, que foi interrompido aquando em março de 2020, teve início as moratórias bancárias.

Assim sendo, a partir de maio de 2022, o PER estará a ser liquidado a todos os credores na sua plenitude.

Até dezembro p.p., a dívida em PER foi reduzida em 1,122 Milhões de euros, dos quais 737 mil em capital 279 mil em juros, e 106 mil em perdão de dívida.

(Handwritten initials and signature)

ANOS	Estado		Banca		Funcionários	Credores		Total		
	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Capital	Perdão+Anulação	Capital	Perdão+Anulação	Juros
2017	3 938,36 €	709,53 €		5 682,49 €	2 516,48 €			6 454,84 €		6 392,02 €
2018	51 205,18 €	9 223,89 €	19 739,04 €	70 624,75 €	23 741,33 €			94 685,55 €		79 848,64 €
2019	98 471,50 €	17 738,25 €	19 480,89 €	73 839,42 €	23 741,33 €			141 693,72 €		91 577,67 €
2020	148 225,53 €	26 700,73 €	4 447,05 €	16 483,22 €	23 741,13 €			176 413,71 €		43 183,95 €
2021	218 917,80 €	39 434,88 €	23 670,49 €	18 132,87 €		75 353,63 €	105 903,24 €	317 941,92 €	105 903,24 €	57 567,75 €
Total	520 758,37 €	93 807,28 €	67 337,47 €	184 762,75 €	73 740,27 €	75 353,63 €	105 903,24 €	737 189,74 €	105 903,24 €	278 570,03 €
	70,64%	33,67%	9,13%	66,33%	10,00%	10,22%	100,00%			
Dívida PER										
Capital	2 363 316,76 €		5 856 663,22 €		73 740,27 €	1 137 550,03 €		9 431 270,28 €		
Credor	22,04%		1,15%		100,00%	6,62%	9,31%	7,82%	1,12%	

Remanesce, à mesma data, uma dívida de 8,588 M€ de capital, a que acrescerá juros de 1,404 M€, valor este condicionado à evolução do indexante Euribor a 6 Meses.

ANOS	VALORES ANUAIS			VALORES ACUMULADOS			Dívida Remanescente		
	Capital	Juros	ToTal	Capital	Juros	ToTal	Capital	Juros	Geral
Dívida PER	9 431 270,28 €								
2017	6 454,84 €	6 392,02 €	12 846,86 €	6 454,84 €	6 392,02 €	12 846,86 €	9 424 815,44 €	1 675 847,76 €	11 100 663,20 €
2018	94 685,55 €	79 848,64 €	174 534,19 €	101 140,39 €	86 240,66 €	187 381,05 €	9 330 129,89 €	1 595 999,12 €	10 926 129,01 €
2019	141 693,72 €	91 577,67 €	233 271,39 €	242 834,11 €	177 818,33 €	420 652,44 €	9 188 436,17 €	1 504 421,45 €	10 692 857,62 €
2020	176 413,71 €	43 183,95 €	219 597,66 €	419 247,82 €	221 002,28 €	640 250,10 €	9 012 022,46 €	1 461 237,50 €	10 473 259,96 €
2021	423 845,16 €	57 567,75 €	481 412,91 €	843 092,98 €	278 570,03 €	1 121 663,01 €	8 588 177,30 €	1 403 669,75 €	9 991 847,05 €
Total	843 092,98 €	278 570,03 €	1 121 663,01 €						

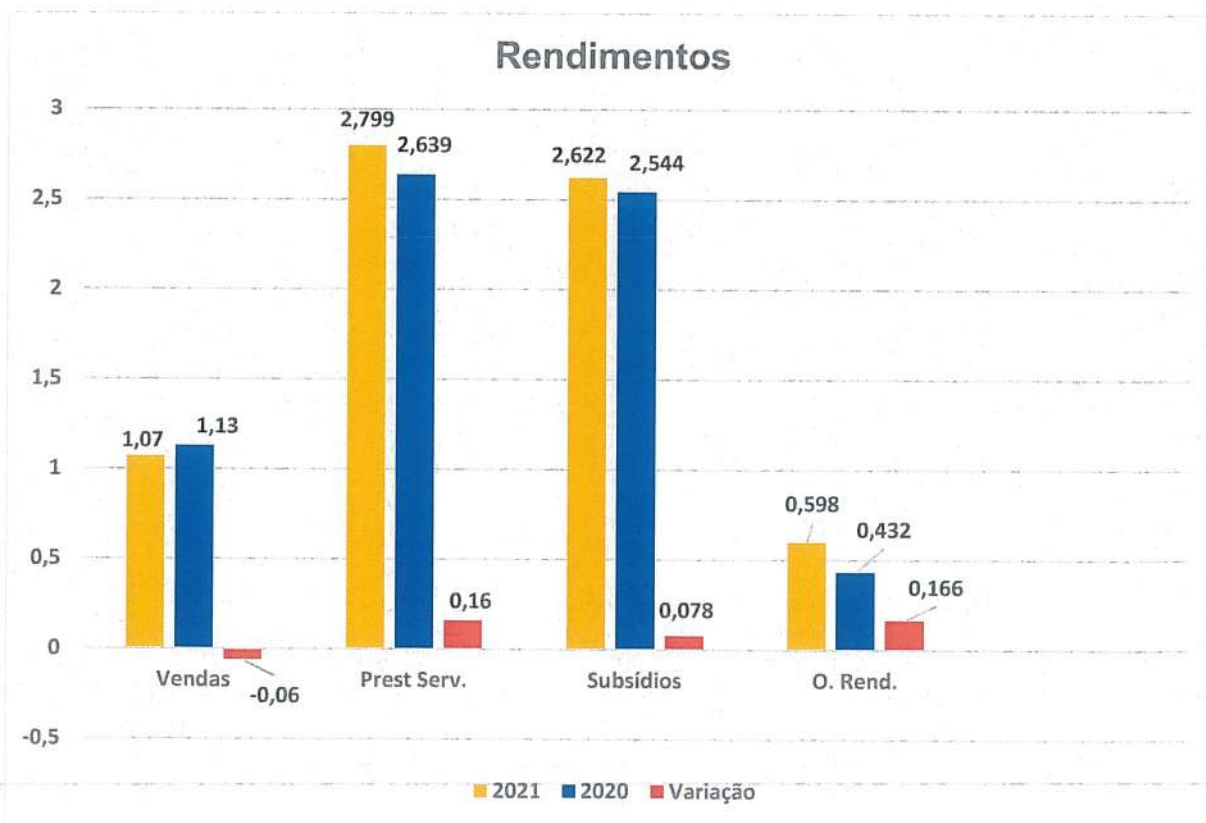
EXPLORAÇÃO 2021

Rendimentos

Em 2021 a atividade da UMNSC situou-se nos 6,491 M€, com acréscimo a tangenciar os 2,83%, comparativamente ao ano anterior, com o Centro Clínico a recuperar 17%, face ao período homólogo anterior, enquanto a Infância e Idoso a evoluírem respetivamente em 2,85% e 0,86%.

Na Infância, verifica-se uma contração das comparticipações familiares em 17,86%, devido aos períodos de lay-off e encerramento de escolas, períodos em que a UM reduziu as comparticipações das famílias, contudo contrabalançada pelo aumento dos subsídios no âmbito dos acordos, seja por via da revisão dos valores, seja pela extensão da gratuidade aos dois primeiros escalões de creche.

Unidade: Milhares Euros



Outros Rendimentos

Em linha com os registados no período homólogo anterior, com exceção para os rendimentos abaixo detalhados, nomeadamente com reposição pelo Estado do valor dos acordos relativamente ao período pandémico anterior, negociação com credores em PER com dívida até 10 000,00 € (liquidação imediata de 30% e perdão da dívida remanescente).

Por fim, uma nota relativamente à contabilização da compensação referente ao desconto concedido em Farmácia aos Associados, que até 2020 era contabilizada em vendas, mas por indicação do ROC passou a ser contabilizado em Outros Rendimentos.

Outros Rendimentos	Valores	Valências / Áreas
Correções Exercícios Anteriores	117 071,59	90% Infância; 6% Idoso; 4% UCCI
Desconto a Sócios (compensação)	64 321,26	Farmácia
Donativos	165 000,00	Transversal
Perdão Dívida PER	85 513,46	
Anulação Dívida PER	20 389,78	

Gastos

Os gastos em **Fornecimento e Serviços Externos**, beneficiaram da transferência de valores (pessoal limpeza), embora penalizados pelo aumento em energia e fluidos e honorários, estes, com maior incidência na prestação de

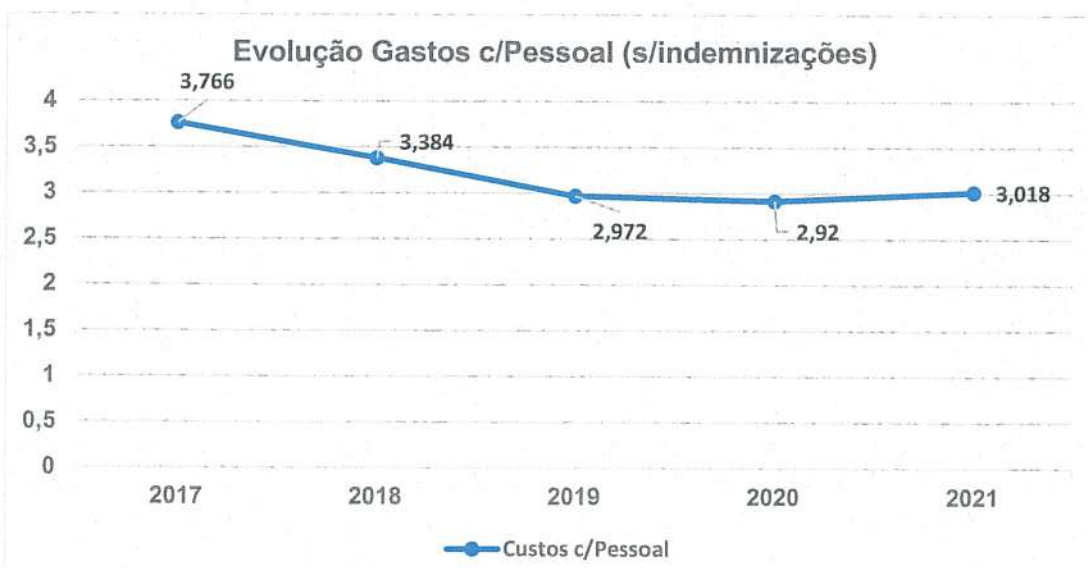
serviços do corpo de enfermagem para a UCCL e corpo clínico para o Centro Clínico.

Destaque também para a rubrica **Gastos com Pessoal**, que acomodaram, a integração das funcionárias da limpeza e aumento do vencimento mínimo, pelo que, e embora aparentemente registem uma diminuição, na prática comportam um aumento, na ordem dos 98 mil euros, já que em 2020 a Instituição ainda suportou custos com a reestruturação em cerca de 230 000 euros.

Gastos c/Pessoal

Unidade: Euros

Anos	C Pessoal	Compensações (Reestruturação)	C Pessoal s/ Compensação	Evolução
2017	3 825 682,46 €	59 957,29 €	3 765 724,87 €	
2018	3 727 132,68 €	351 529,51 €	3 375 603,17 €	(390 121,70 €)
2019	3 225 096,88 €	252 803,17 €	2 972 293,71 €	(403 309,46 €)
2020	3 149 651,41 €	229 437,62 €	2 920 213,79 €	(52 079,92 €)
Total				(845 511,08 €)
2021	3 018 320,14 €		3 018 320,14 €	98 106,35 €



Imparidades e Outros Gastos

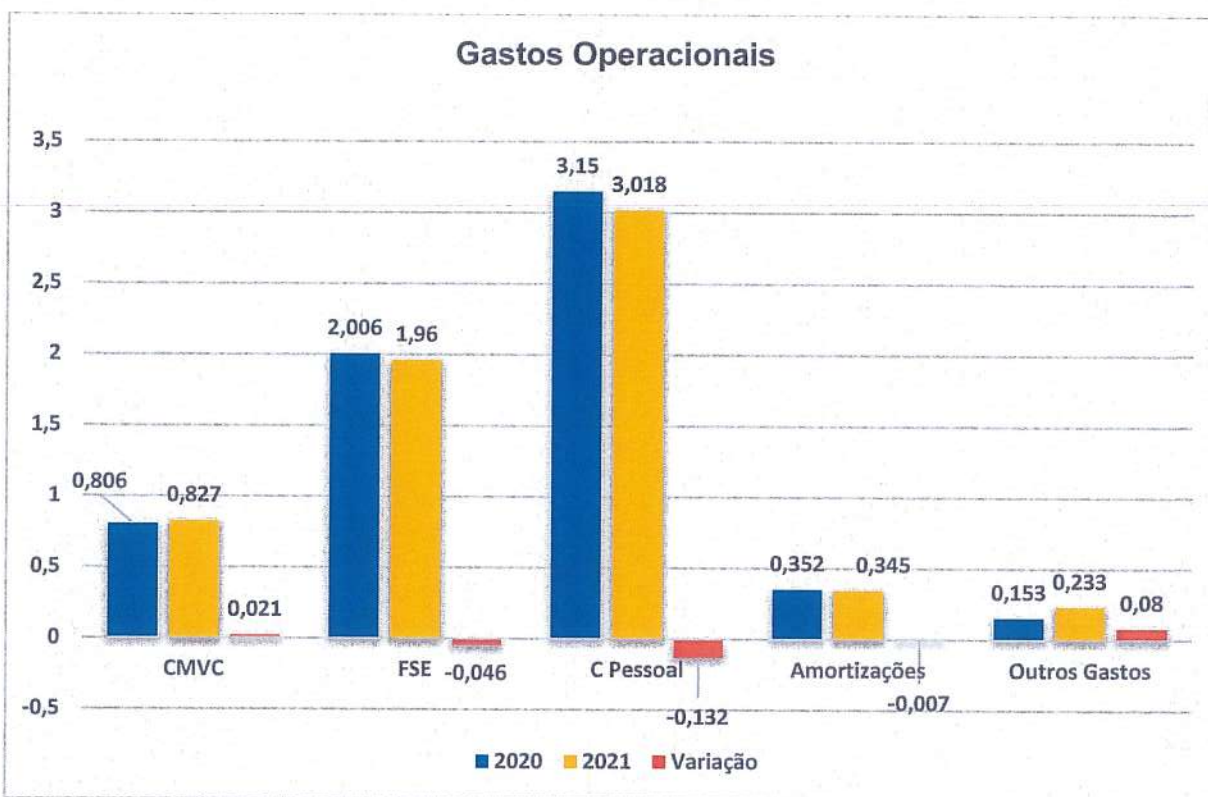
Devido à antiguidade de valores por cobrar, que se perpetuam desde 2016, e após conferência das contas correntes dos utentes, a Instituição, constituiu no exercício cerca de 153 mil euros de imparidades, sendo que, de 2016 a 2019 foram contabilizadas em “Outros gastos / gastos de exercícios anteriores” e as de 2020/2021 contabilizadas na conta 65 imparidades.

Unidade: Euros

ÁREA / VALÊNCIA	Outros Custos 2016 a 2019		Imparidades 2020 a 2021		Total	
IDOSO	41 747,86	42,86%	36 777,57	66,36%	78 525,43	51,38%
Lar	32 257,40		29 787,79		62 045,19	
C Dia	4 340,80		3 110,60		7 451,40	
SAD	5 149,66		3 879,19		9 028,85	
INFANCIA	18 625,12	19,12%	9 477,43	17,10%	28 102,54	18,39%
C Criança	7 993,29		4 896,63		12 889,92	
CIAM	10 631,83		4 580,80		15 212,62	
SAUDE	37 031,04	38,02%	9 162,84	16,54%	46 193,88	30,23%
Farmácia	7 668,95		3 205,54		10 874,49	
UCCI	29 362,09		5 957,39		35 319,39	
TOTAL	97 404,02		55 417,84		152 821,85	

Todas as demais rubricas não apresentam oscilações significativas, espelhado no gráfico infra.

Unidade: Milhares Euros



Investimentos

Relativamente a investimentos a Instituição realizou benfeitorias de novo 205 mil euros, dos quais, 46 mil em aquisições de bens, e o remanescente, 159 mil euros por transferência de obras em curso, que no entretanto foram concluídas, sempre com a finalidade de melhoria das condições de utentes e funcionários, a que não foi alheio a adaptação das instalações para esta nova realidade causada pelo surto pandémico, bem como, dar resposta às exigências legais no âmbito da Certificação.

Meios

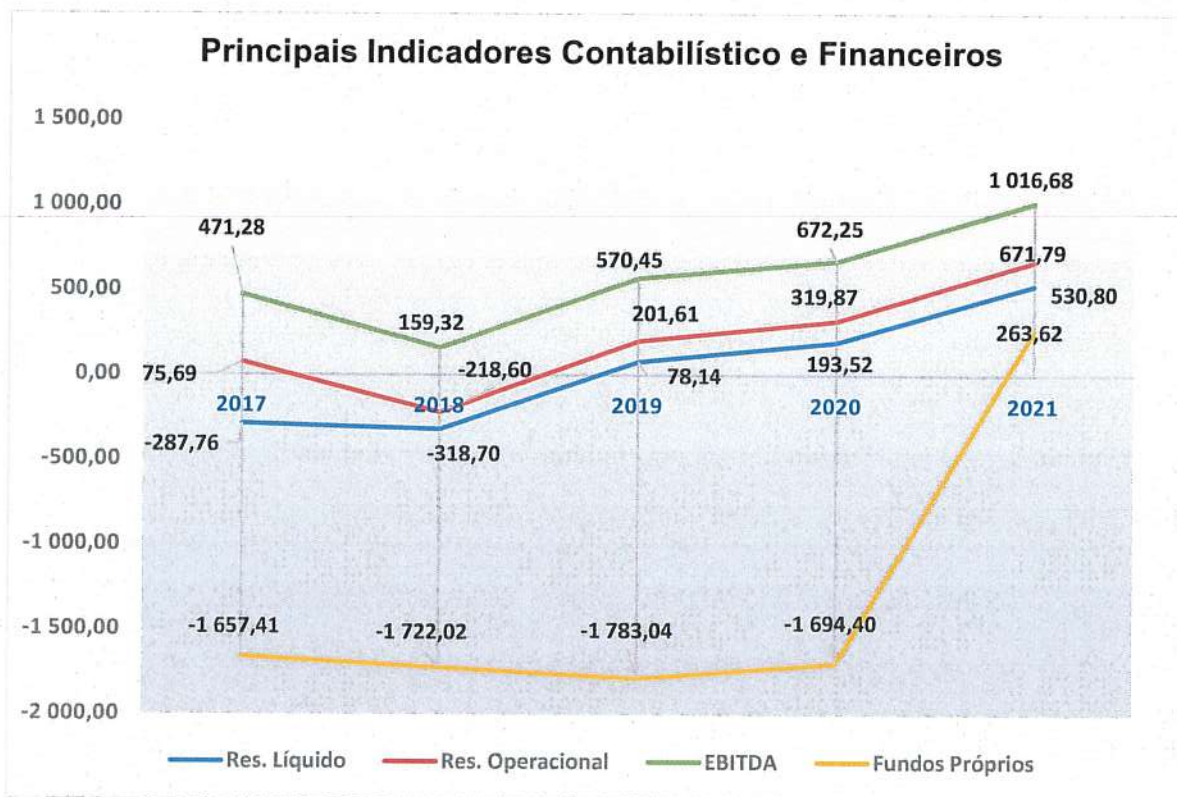
Libertos e RL

Em termos económicos o exercício pautou-se por Resultado Operacional positivo e transversal a todos os Equipamentos / Valências, mais que suficiente para acomodar ainda custos financeiros e partilhados, da área do Idoso com exceção, do Lar e Centro de Dia, o primeiro penalizado pela pressão dos custos inerentes a uma Pandemia que tarda em passar bem como do nível de imparidades constituídas, enquanto o segundo, pelo encerramento até outubro p.p., e reabertura abaixo do acordo.

Num ano completamente atípico, mas fruto do culminar de todas as medidas estratégicas económico financeiras, a Instituição viu revertidos o sentido dos fundos próprios para positivos, e encerrou o exercício de 2021 com:

<i>Indicadores</i>	
EBIT	671 796,61 €
EBITDA	1 016 679,21 €
R Líquido	530 806,83 €
F. Próprios	263 621,38 €

Unidade: Milhares Euros



Infância

O ano de 2021 foi um mais um ano de desafios para a área da infância.

A situação pandémica que se manteve no nosso país, obrigou a reajustes das práticas e dos recursos fazendo com que as equipas refletissem acerca do que, de facto, seria importante para as crianças, continuando a fazer uso regular e assíduo da plataforma digital para comunicar com as famílias.

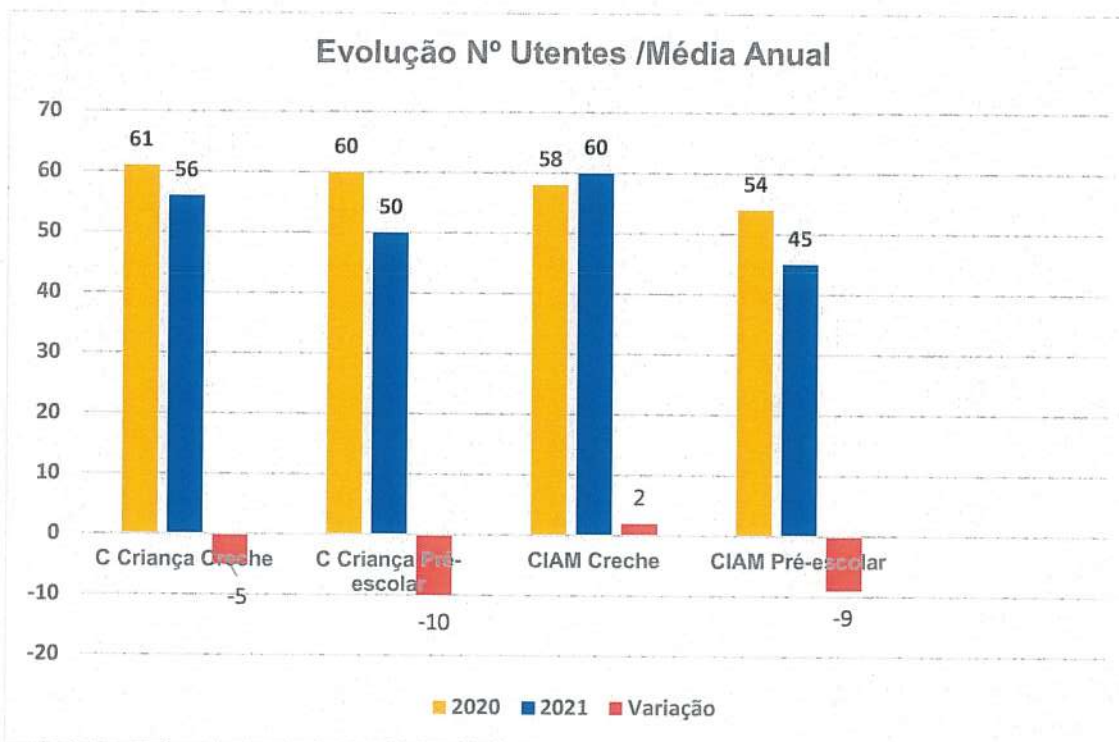
Acolher diariamente com uma palavra e com um sorriso, foi a forma encontrada pela equipa, para tornar este momento menos doloroso para todos os intervenientes neste delicado processo que é educar.

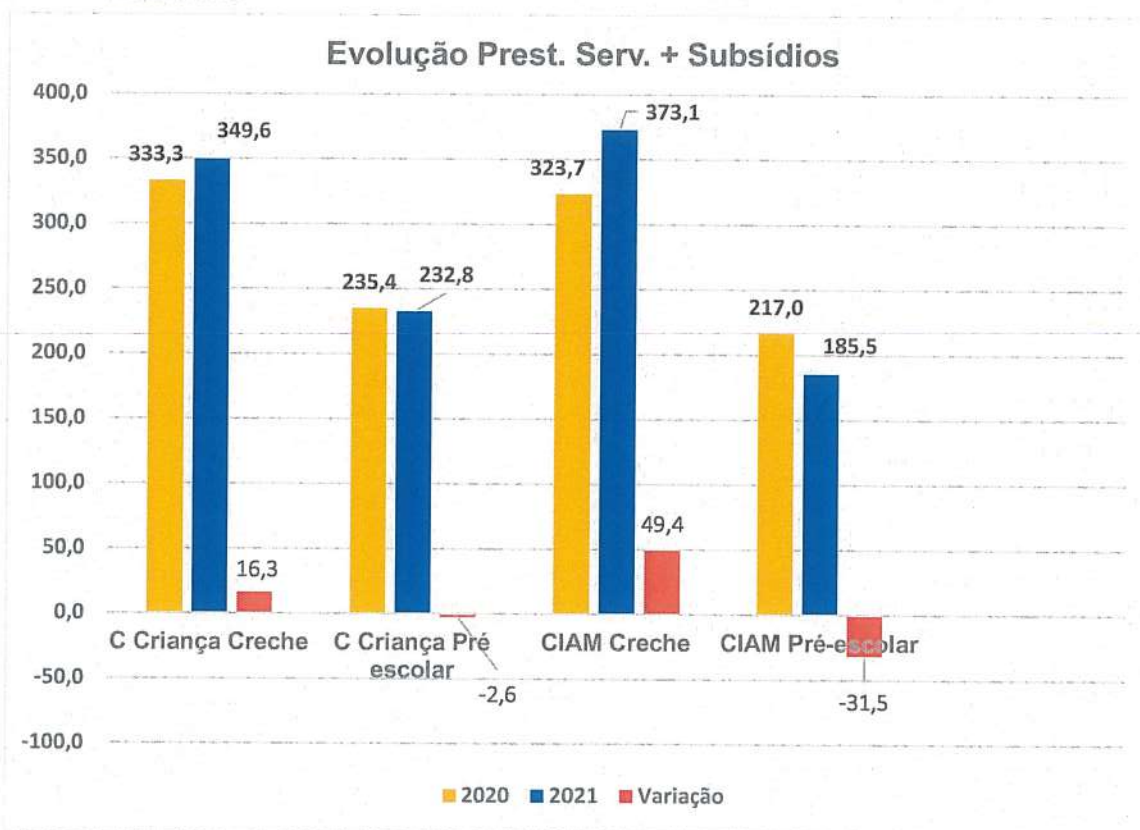
Foi necessário ultrapassar o medo e a incerteza, dando segurança às famílias que, diariamente nos confiavam os seus filhos sem poder entrar na escola e perceber *in loco* a forma como os filhos se relacionavam com o espaço, pares e adultos.

Evolução Económica

Evolução positiva da atividade em 3,31%, com a prestação de serviço, em contraciclo refletindo em si mesma uma contração de 17,86%, já devidamente explicado, e a que não foi alheio uma diminuição de frequências nos dois Equipamentos na valência de pré-escolar.

EVOLUÇÃO PRESTAÇÃO SERVIÇOS + SUBSÍDIOS			
Valências / Anos	2020	2021	Var %
Casa Criança	568 609,52	582 403,37	2,42%
Creche	333 251,51	349 562,47	2,43%
Pré-escolar	235 358,90	232 840,90	(1,07%)
CIAM	540 762,01	558 636,69	3,31%
Creche	323 730,02	373 102,31	15,25%
Pré-escolar	217 031,99	185 534,38	(14,51%)
TOTAL	1 109 371,53	1 141 040,06	2,85%

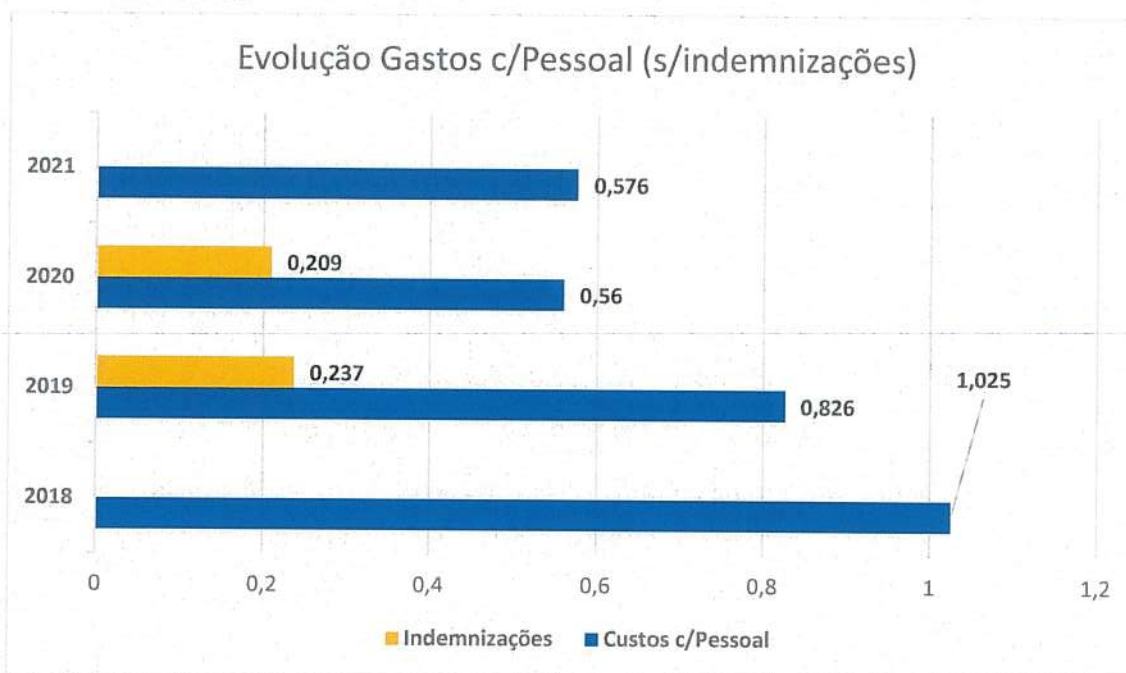




A Infância, beneficiou ainda em 2021, da reposição por parte do Estado do valor total dos acordos, quer durante os encerramentos, quer pela alteração das frequências, permitindo que cada Equipamento, alavancasse os outros rendimentos em cerca de 50 mil euros.

A nível dos gastos, 2021, beneficiou claramente da redução dos custos com pessoal em 450 mil euros, fruto da reestruturação ocorrida em 19/20.

Unidade: Milhar Euros



Esta libertação de fundos, permitiu acomodar sem pressão, um total de imparidades de 28 mil euros, dos quais, 59% é referente a 2019 e 2020, em parte fruto do período pandémico, que originou, maiores dificuldades financeiras às famílias, originando a não liquidação das faturas emitidas, apesar desta terem sido reduzidas a 50% em período de confinamento, a que acresce mais faltas e não retorno de algumas crianças. Acresce ainda referir neste âmbito, uma maior incidência de não liquidação no pré-escolar e nos dois últimos meses de frequência.

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
CASA DA CRIANÇA - CRECHE + PRE ESCOLAR

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados		168 554,00	200 549,91
Subsídios, doações e legados à exploração		413 849,37	368 059,61
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade		0,00	
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-68 524,93	-100 312,05
Gastos com o pessoal		-281 819,62	-376 326,13
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-4 896,63	3 603,41
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		82 686,24	25 458,27
Outros gastos		-8 075,87	-4 242,33
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		301 772,56	116 790,69
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-43 906,96	-42 621,89
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		257 865,60	74 168,80
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-13 353,84	-14 611,11
Resultado antes de impostos		244 511,76	59 557,69
Imputação dos serviços partilhados		-52 093,41	-63 004,11
Resultado líquido do período		192 418,35	-3 446,42

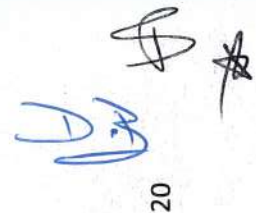
UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

CIAM - CRECHE + PRE ESCOLAR

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados		156 780,97	179 529,29
Subsídios, doações e legados à exploração		401 855,72	361 232,72
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade	0,00		
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-74 665,79	-99 830,57
Fornecimentos e serviços externos		-294 500,53	-368 653,02
Gastos com o pessoal			
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-4 580,80	3 522,13
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		90 472,46	31 381,10
Outros gastos		-17 163,04	-13 960,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		258 198,99	93 220,94
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-27 317,23	-26 296,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		230 881,76	66 924,93
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-12 995,65	-13 251,51
Resultado antes de impostos		217 886,11	53 673,42
Imputação dos serviços partilhados		-50 696,30	-57 184,46
Resultado líquido do período		167 189,81	-3 511,04

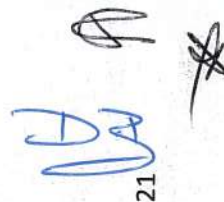


UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
INFANCIA

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados		325 334,97	396 064,30
Subsídios, doações e legados à exploração		815 705,09	761 926,75
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-143 190,72	-208 759,46
Gastos com o pessoal		-576 320,15	-788 759,21
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-9 477,43	7 125,54
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		173 158,70	56 920,95
Outros gastos		-25 238,91	-23 768,38
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		559 971,55	200 750,49
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-71 224,19	-69 011,91
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		488 747,36	131 738,58
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-26 349,49	-27 862,71
Resultado antes de impostos		462 397,87	103 875,87
Imputação dos serviços partilhados		-102 789,71	-120 188,57
Resultado líquido do período		359 608,16	-16 312,70



Idoso

A área do idoso durante o ano 2021 sofreu uma grande vulnerabilidade económica, devido à pandemia covid-19.

No primeiro trimestre a valência de ERPI sofreu um surto, o que desencadeou gastos significativos em equipamentos de proteção individual (EPI's), assim como, de recursos humanos.

A valência usufruía de vagas, no entanto, não havia autorização das entidades de saúde pública para a efetividade de admissões, o que contribuiu igualmente para o acentuar da recessão vivida. Só foi possível recuperar a normalidade a partir do segundo trimestre.

Evolução Económica

Neste contexto, **o exercício de 2021 continuou a ser muito penalizante, não tanto por via da sua atividade, que apesar das adversidades, registou um crescimento de 4,91%, mas pelo contínuo acréscimo de gastos adicionais em material de proteção, testes, e reforço do quadro de pessoal.**

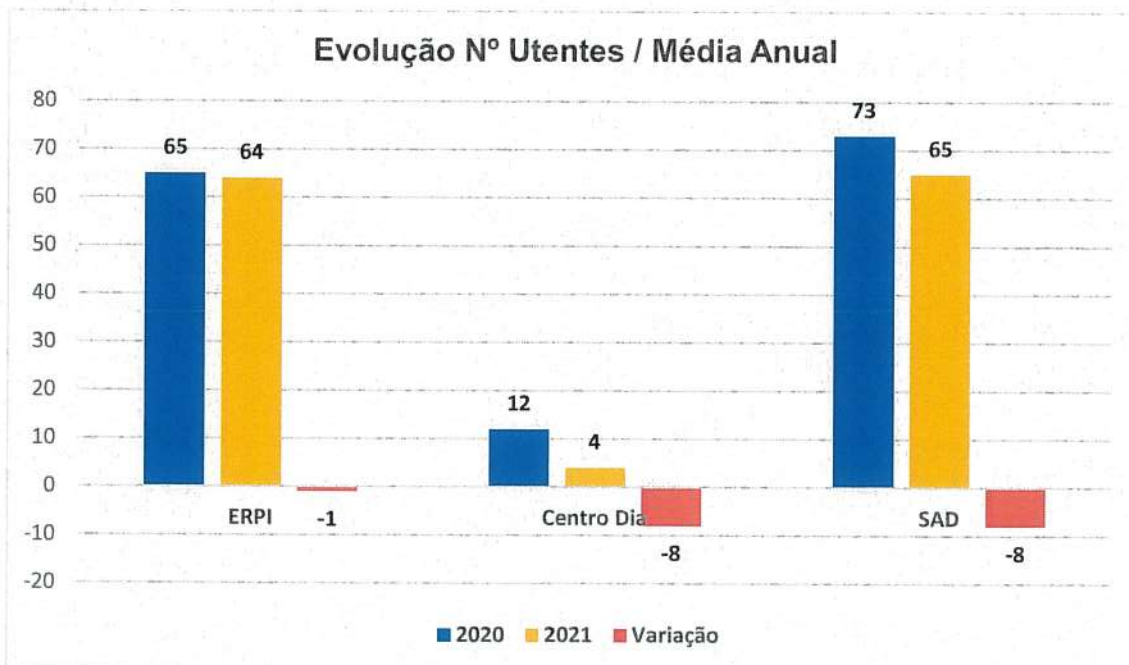
Por outro lado, a necessidade de reconhecimento de perdas potenciais 62 045,19 €, de um total de 78 828,43 €, para esta área, conduziram a ERPI a resultado líquido negativo de 62 159 euros.

Relativamente a **SAD, apesar de sofrer ligeira contração na sua atividade, conseguiu acomodar todos os custos inerentes ao desenrolar da mesma, imparidades, e obter resultado líquido positivo e suficiente para que a área do idoso apresente um resultado embora negativo, mas de apenas 3 661,38 euros.**

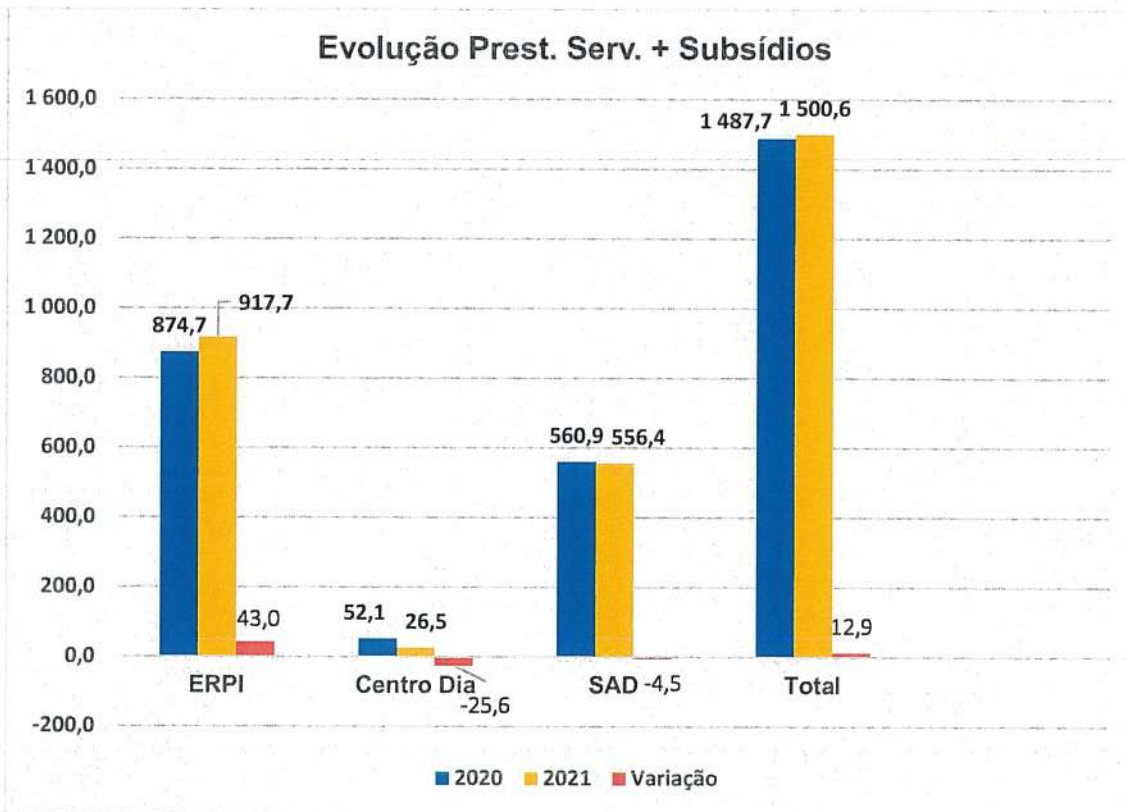
Contudo permitam que relembre, que num passado relativamente recente, esta área chegou a atingir os 260 mil euros negativos.

Será decisivo, a retoma da atividade em pleno e a recuperação de alguns créditos, para os quais foram reconhecidas potenciais perdas.

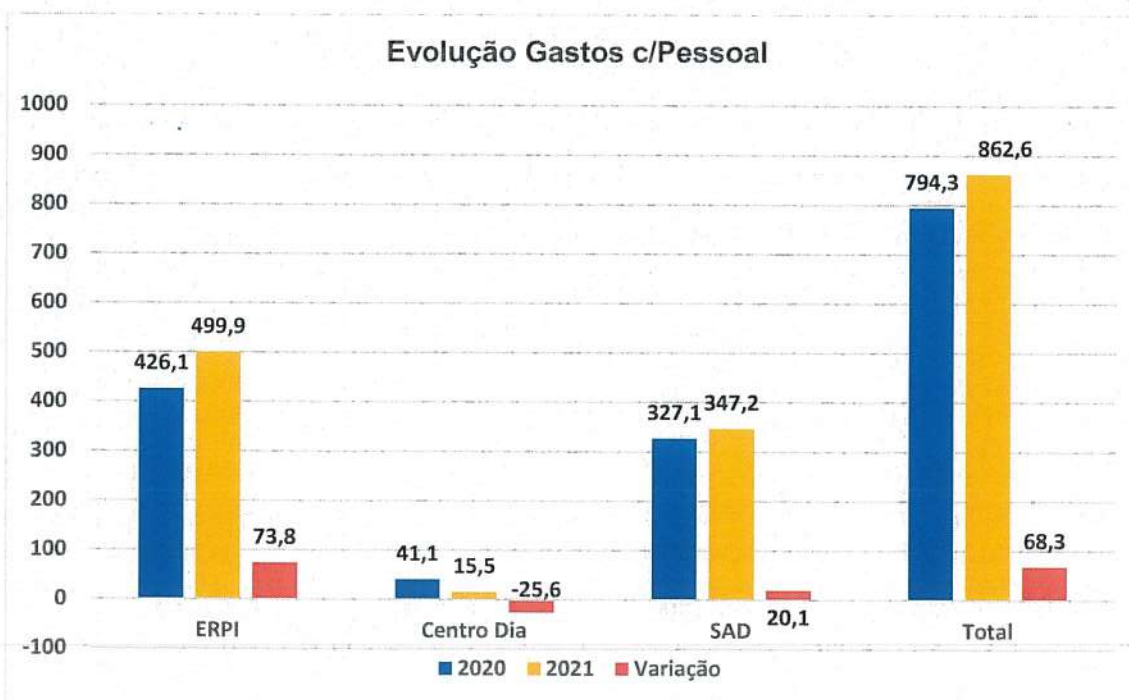
EVOLUÇÃO PRESTAÇÃO SERVIÇOS + SUBSÍDIOS			
Valências / Anos	2020	2021	%
ERPI	874 736,35	917 710,47	4,91%
Centro Dia	52 135,42	26 460,34	(49,25%)
SAD	560 957,28	556 490,06	(0,8%)
TOTAL	1 487 829,05	1 500 660,87	0,86%



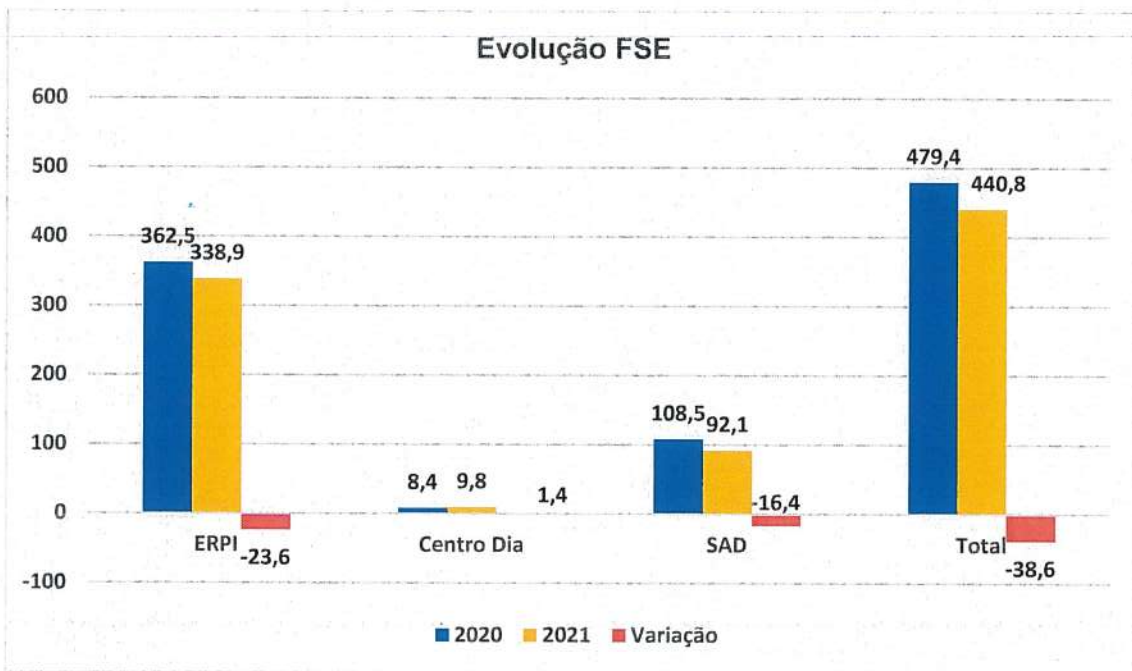
Unidade: Milhares Euros



Unidade: Milhares Euros



Unidade: Milhares Euros



RELATÓRIO GESTÃO 2021

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 LAR MONTEPIO + JARDIA
 (Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados		552 493,57	534 646,19
Subsídios, doações e legados à exploração		365 216,90	340 090,16
Varição nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas			-4 261,15
Fornecimentos e serviços externos		-338 951,18	-362 532,84
Gastos com o pessoal		-499 863,79	-426 133,78
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-9 346,12	6 098,33
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		111 404,45	84 648,80
Outros gastos		-33 470,26	-494,32
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		147 483,57	172 061,39
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-97 303,40	-100 828,12
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		50 180,17	71 233,27
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-22 922,77	-19 776,19
Resultado antes de impostos		27 257,40	51 457,08
Imputação dos serviços partilhados		-89 417,09	-80 509,44
Resultado líquido do período		-62 159,69	-29 052,36



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
CENTRO DE DIA

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados		2 513,13	25 504,74
Subsídios, doações e legados à exploração		23 947,21	26 630,68
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-9 843,80	-8 434,93
Gastos com o pessoal		-15 464,25	-41 100,16
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-3 110,60	1 032,45
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		6 059,74	90,00
Outros gastos		-5 817,24	-5 476,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1 715,81	-1 753,93
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-94,06	-94,06
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1 809,87	-1 847,99
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-1 624,46	-1 945,21
Resultado antes de impostos		-3 434,33	-3 793,20
Imputação dos serviços partilhados		-6 337,02	-8 314,91
Resultado líquido do período		-9 771,35	-12 108,11



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

SAD

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados		164 875,54	156 618,58
Subsídios, doações e legados à exploração		391 614,52	404 338,70
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas			-48,48
Fornecimentos e serviços externos		-92 044,07	-108 503,98
Gastos com o pessoal		-347 248,23	-327 046,67
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-3 879,19	2 841,01
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		37 952,65	11 594,77
Outros gastos		-8 762,21	-607,28
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		142 509,01	139 186,65
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-1 770,72	-500,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		140 738,29	138 686,65
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-14 786,43	-11 770,30
Resultado antes de impostos		125 951,86	126 916,35
Imputação dos serviços partilhados		-57 682,00	-49 051,97
Resultado líquido do período		68 269,86	77 864,38



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
IDOSO

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados		719 882,24	716 769,51
Subsídios, doações e legados à exploração		780 778,63	771 059,54
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		0,00	-4 309,63
Fornecimentos e serviços externos		-440 839,05	-479 471,75
Gastos com o pessoal		-862 576,27	-794 280,61
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-16 335,91	9 971,79
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		155 416,84	96 333,57
Outros gastos		-48 049,71	-6 578,31
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		288 276,77	309 494,11
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-99 168,18	-101 422,18
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		189 108,59	208 071,93
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-39 333,66	-33 491,70
Resultado antes de impostos		149 774,93	174 580,23
Imputação dos serviços partilhados			
		-153 436,11	-137 876,32
Resultado líquido do período		-3 661,18	36 703,91



Saúde

A área da Saúde representa 49,35% da atividade da UM, contribuindo para 9,26% do seu resultado líquido, sendo que este, apenas conta com o contributo da UCCI e Farmácia.

Farmácia

Esta unidade, **fecha o ano com resultado líquido positivo**, sendo que em termos comparativos com o período homólogo anterior, a alteração da contabilização da compensação dos descontos a associados, terá de ser acautelada, por forma a não desvirtuar a evolução da atividade.

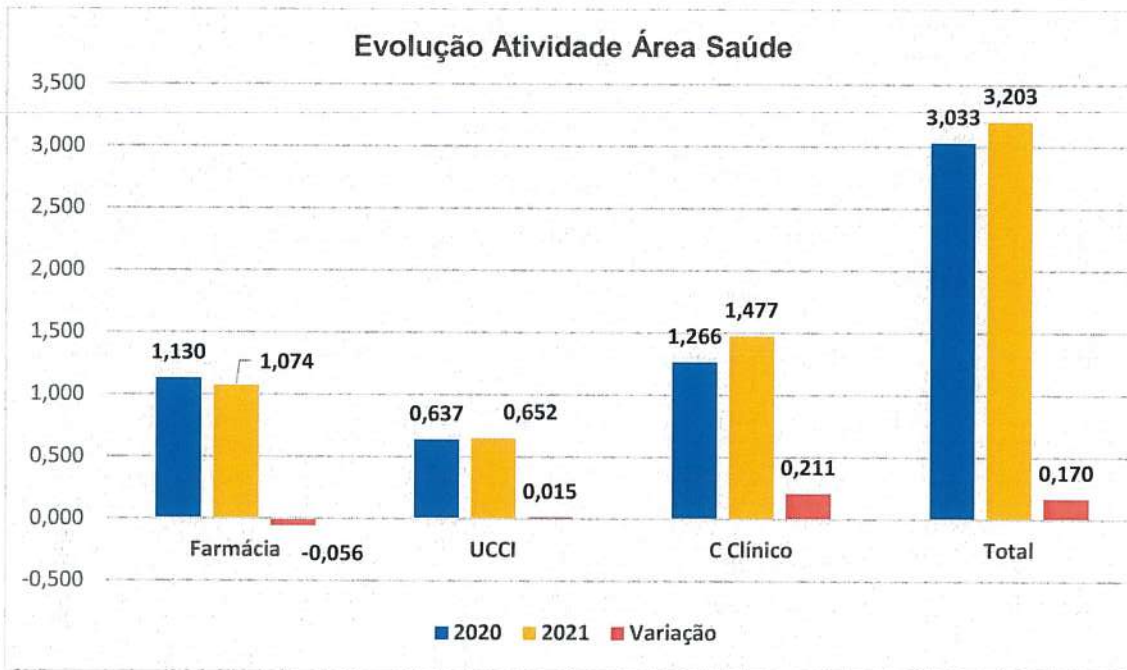
Assim sendo, e uma vez que a compensação ascendeu a 64 321,26 €, valor este em linha com o exercício anterior, caso fosse contabilizado em vendas, estaríamos a comparar nesta rúbrica 1,139 com 1,130 M€.

Apenas uma pequena chamada de atenção para uma ligeira quebra da margem, a qual sofreu um agravamento de 1,1 pontos percentuais.

UCCI

Relativamente à UCCI, de referir que, apesar da variação positiva da comparticipação das famílias e subsídios à exploração por via do acordo, o resultado líquido foi negativo de 25 239,12 €, inerente ao aumento dos gastos nos fornecimentos e serviços externos, honorários, e à constituição de imparidades no valor de 35 319,39 €.

Unidade: Milhares Euros



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

FARMÁCIA

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados		1 073 594,15	1 129 535,99
Subsídios, doações e legados à exploração		845,82	180,03
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-817 679,01	-799 138,11
Fornecimentos e serviços externos		-28 968,78	-31 615,58
Gastos com o pessoal		-137 681,54	-135 948,37
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-3 113,73	7 928,11
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		170 253,11	37 822,44
Outros gastos		-22 698,43	-11 042,20
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		234 551,59	197 722,31
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-11 146,06	-11 260,58
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		223 405,53	186 461,73
Juros e rendimentos similares obtidos		2,25	
Juros e gastos similares suportados		-34 784,13	-28 976,39
Resultado antes de impostos		188 623,65	157 485,34
Imputação dos serviços partilhados		-114 216,45	-106 950,84
Resultado líquido do período		74 407,20	50 534,50



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

UCCI

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados		129 355,40	115 365,67
Subsídios, doações e legados à exploração		522 412,76	521 657,06
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas			-48,48
Fornecimentos e serviços externos		-280 932,64	-246 088,26
Gastos com o pessoal		-299 443,79	-307 918,21
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-5 957,30	3 064,31
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		48 724,27	8 474,46
Outros gastos		-30 428,70	-740,46
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		83 730,00	93 766,09
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-27 598,73	-26 306,47
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		56 131,27	67 459,62
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-16 602,87	-13 726,01
Resultado antes de impostos		39 528,40	53 733,61
Imputação dos serviços partilhados		-64 767,52	-57 612,23
Resultado líquido do período		-25 239,12	-3 878,62



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
CENTRO CLÍNICO

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados		1 475 435,63	1 263 491,24
Subsídios, doações e legados à exploração		1 605,99	2 779,50
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas			-109,47
Fornecimentos e serviços externos		-774 398,18	-722 854,24
Gastos com o pessoal		-518 439,08	-514 559,08
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		2 205,25	160 272,35
Outros gastos		-19 753,36	-11 566,73
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		166 656,25	177 453,57
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-102 570,77	-112 613,61
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		64 085,48	64 839,96
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-7 503,56	-8 257,74
Resultado antes de impostos		56 581,92	56 582,22
Imputação dos serviços partilhados		-56 581,92	-56 582,22
Resultado líquido do período		0,00	0,00

(Handwritten signatures and initials)

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
SAÚDE

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados		2 678 385,18	2 508 392,90
Subsídios, doações e legados à exploração		524 864,57	524 616,59
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-817 679,01	-799 296,06
Fornecimentos e serviços externos		-1 084 299,60	-1 000 558,08
Gastos com o pessoal		-955 564,41	-958 425,66
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-9 071,03	10 992,42
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		221 182,63	206 569,25
Outros gastos		-72 880,49	-23 349,39
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		484 937,84	468 941,97
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-141 315,56	-150 180,66
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		343 622,28	318 761,31
Juros e rendimentos similares obtidos		2,25	
Juros e gastos similares suportados		-58 890,56	-50 960,14
Resultado antes de impostos		284 733,97	267 801,17
Imputação dos serviços partilhados		-235 565,89	-221 145,29
Resultado líquido do período		49 168,08	46 655,88



Outras Respostas Sociais

Centro Comunitário

Devido às imposições das medidas implementadas pelo Governo, no sentido da contenção da pandemia, algumas das atividades do nosso Plano de Ação continuaram suspensas, nomeadamente as de grupo, tais como os Ateliers, Atividades de Animação, Saúde e Bem-Estar e as Pausas Letivas com Crianças e Jovens.

Como consequência direcionámos as ações para os apoios sociais e para o apoio alimentar, às famílias. O Atendimento/ Acompanhamento Social às Famílias foi sempre assegurado, durante todo o ano 2021, dando resposta a todos os pedidos. Tendo em conta que o número de utentes abrangidos em acordo com a Segurança Social é de 240 famílias, este número foi largamente ultrapassado na medida em que, só no serviço de Ação Social acompanhámos 257 famílias.

Em 2021, o Centro Comunitário “Mais Cidadão”, continuou a integrar o Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), enquanto entidade mediadora com um protocolo inicial para 65 beneficiários da freguesia do Montijo, em termos de Apoio Alimentar.

No ano 2021 foram realizadas 12 distribuições de bens alimentares, tendo sido entregues um total de 47 089 produtos, a um total de 143 destinatários finais.

Casa Abrigo

Ao longo do ano 2021, demos resposta a diversos pedidos de acolhimento, provenientes de várias zonas do país, com uma taxa de ocupação anual, a rondar os 100%.

No decorrer do ano em análise, acolhemos na nossa estrutura, 12 novos agregados familiares, tendo transitado do ano anterior 7, o que perfaz um total de 19 famílias, nomeadamente, 19 mulheres e 37 crianças/jovens.

Ao longo do ano, saíram da instituição 12 famílias, sendo que 10 concretizaram os seus projetos de autonomização e 2 famílias retornaram ao agressor.

A pandemia teve impactos diversos, destacando-se a maior dificuldade na integração laboral das utentes, facto que contribui por prolongar a duração dos acolhimentos, pois as utentes acabam por ter mais dificuldade em obter as condições financeiras necessárias para se autonomizarem.

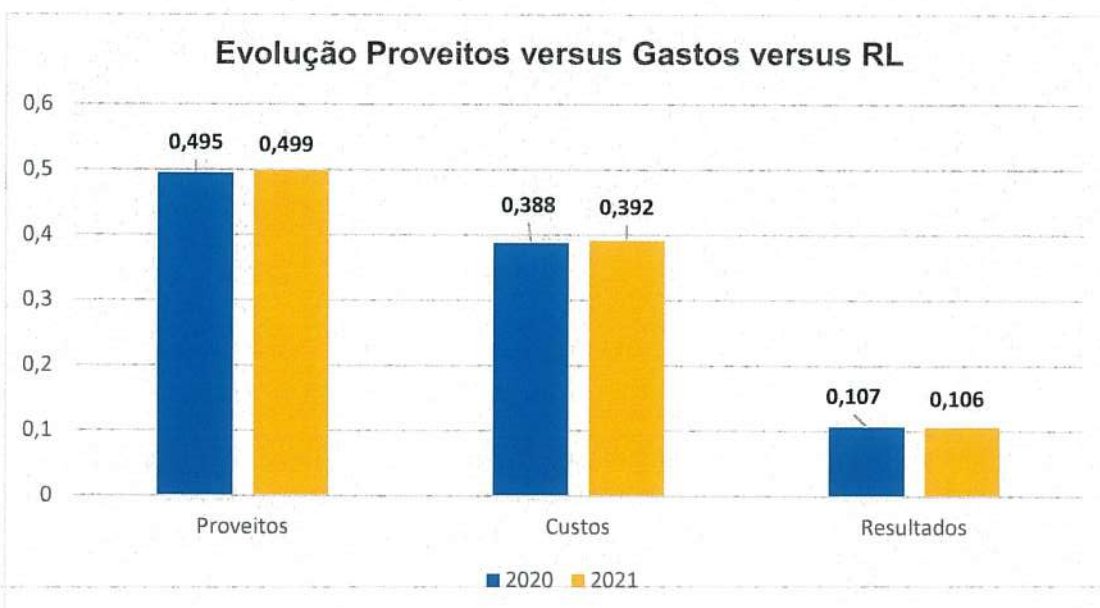
O acesso a habitação, tem-se revelado também um dos entraves maiores à concretização dos processos de autonomização destes agregados familiares, ainda mais, quando se tratam de famílias geralmente numerosas e com fracos rendimentos, versus valores praticados no mercado do arrendamento bastante elevados, e não havendo respostas ao nível da habitação social, em número suficiente para cobrir as necessidades.

Evolução económica

Em linha com período homólogo anterior, com ambos os equipamentos a evoluírem a sua atividade em função da atualização dos valores nos respetivos Acordos.

Ambos as valências a registarem resultados positivos.

Unidade: Milhares Euros



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
CENTRO COMUNITÁRIO

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração		278 586,01	268 571,34
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-6 853,10	-70,24
Fornecimentos e serviços externos		-9 414,27	-5 466,25
Gastos com o pessoal		-148 822,08	-132 473,06
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		29 431,08	3 327,82
Outros gastos		-2 392,92	-81,25
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		140 534,72	133 808,36
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-1 402,80	-1 186,50
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		139 131,92	132 621,86
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-8 633,93	-5 759,27
Resultado antes de impostos		130 497,99	126 862,59
Imputação dos serviços partilhados		-33 681,10	-25 414,56
Resultado líquido do período		96 816,89	101 448,03



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
CASA ABRIGO

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração		219 934,68	213 456,93
Varição nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-2 766,46	-2 098,10
Fornecimentos e serviços externos		-76 972,56	-68 991,63
Gastos com o pessoal		-124 044,71	-121 449,04
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		13 195,27	9 226,59
Outros gastos		-191,02	-1 564,28
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		29 155,20	28 580,47
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-833,68	-1 154,36
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		28 321,52	27 426,11
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-3 908,79	-4 665,59
Resultado antes de impostos		24 412,73	22 760,52
Imputação dos serviços partilhados		-14 969,39	-17 598,34
Resultado líquido do período		9 443,34	5 162,18



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

OUTRAS RESPOSTAS SOCIAIS

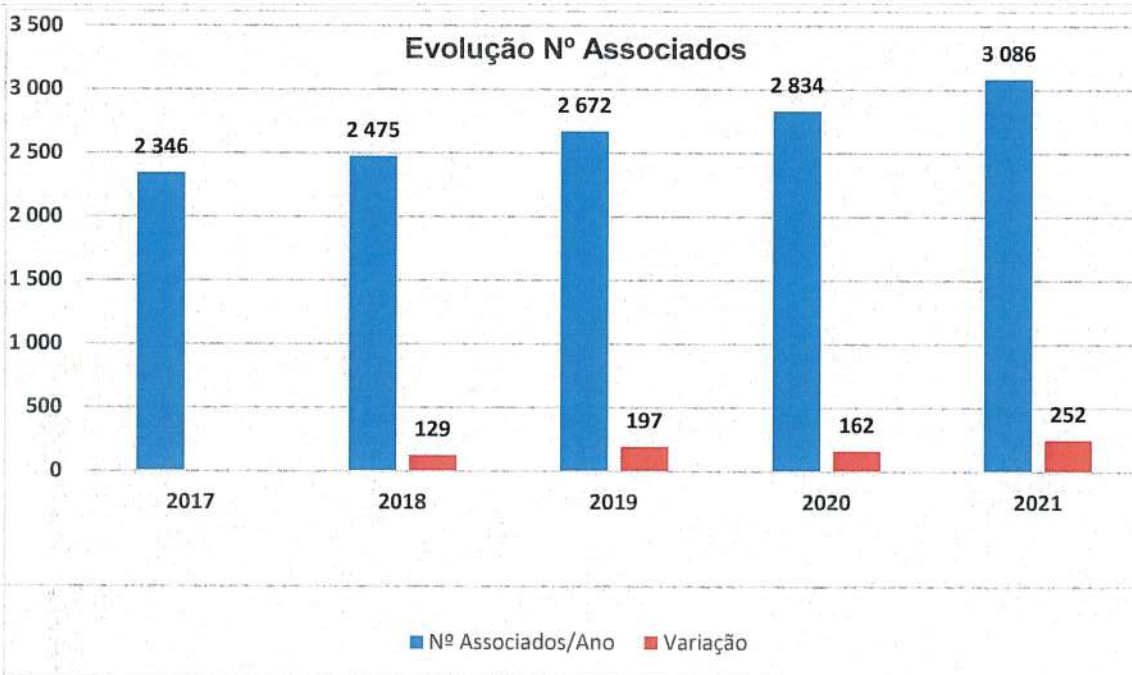
(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração		498 520,69	482 028,27
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade		-9 619,56	
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas		-86 386,83	-74 457,88
Fornecimentos e serviços externos		-272 866,79	-253 922,10
Gastos com o pessoal			
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		42 626,35	12 554,41
Outros gastos		-2 583,94	-1 645,53
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		169 689,92	164 557,17
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-2 236,48	-2 340,86
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		167 453,44	162 216,31
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-12 542,72	-10 424,86
Resultado antes de impostos		154 910,72	151 791,45
Imputação dos serviços partilhados		-48 650,49	-43 012,90
Resultado líquido do período		106 260,23	108 778,55

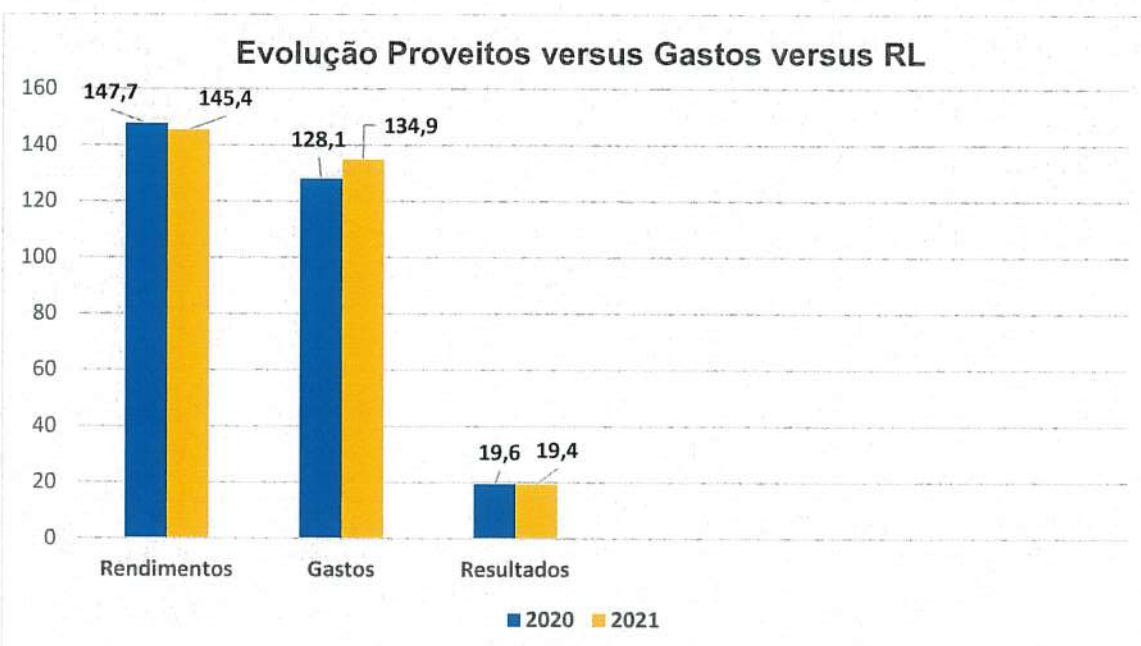


Fundo Sócios

Em linha com período homólogo, a registar resultados líquidos positivos e na mesma ordem de grandeza, apesar do acréscimo de gastos por via da correção em 16 033,77 € resultante do ajuste ao número de associados versus valor de quotas.



Unidade: Milhares Euros



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

FUNDOS

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados		145 444,00	147 724,00
Subsídios, doações e legados à exploração			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-15 387,23	-8 100,38
Gastos com o pessoal		-19 915,11	-19 938,19
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		8 962,86	98,00
Outros gastos		-80 595,03	-80 519,04
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		38 509,49	39 264,39
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-83,28	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		38 426,21	39 264,39
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-3 875,64	-3 607,50
Resultado antes de impostos		34 550,57	35 656,89
Imputação dos serviços partilhados		-15 119,03	-15 927,79
Resultado líquido do período		19 431,54	19 729,10



UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
SERVIÇOS PARTILHADOS

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-189 549,11	-234 565,40
Gastos com o pessoal		-331 077,41	-334 325,64
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos		551 481,47	598 325,35
Outros gastos			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		30 854,95	29 434,31
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-30 854,95	-29 434,31
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		0,00	0,00
Imputação dos serviços partilhados			
Resultado líquido do período		0,00	0,00

MENÇÕES OBRIGATÓRIAS

Para além das Notas Anexas às Demonstrações Financeiras, subsistem, por imperativo legal, as seguintes menções obrigatórias:

- ✓ Após o encerramento do exercício, e para além dos factos já relatados, não ocorreram quaisquer outros factos relevantes suscetíveis de serem divulgados.
- ✓ A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.
- ✓ Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, existindo um plano de pagamento estabelecido no âmbito do Processo Especial de Revitalização (PER) homologado em 27/12/2017.

Tal como já referido em relatórios anteriores e no sentido de viabilizar a sua atividade, a Entidade assinou um Processo de Revitalização (PER) que foi decretado por Sentença Judicial do Tribunal da Comarca do Barreiro e homologado em 27/12/2017. Estão incluídos no PER dívidas à banca, à segurança social, ao pessoal e a fornecedores comuns num total inicial aproximado de 9 300 Mil euros, a evoluir para os 9 431, após capitalização de juros, (moratória bancária ocorrida em período pandémico), e à data de encerramento deste Exercício é de 8.588 Mil Euros (cerca de 84,07% dos passivos a 31/12/2021) que serão liquidados aos respetivos credores durante os próximos 23,5 anos.

RELATÓRIO GESTÃO 2021

PLANO PER

ANOS	ESTADO		FUNCIONÁRIOS		BANCA			CREDORES COMUNS		VALORES ANUAIS			VALORES ACUMULADOS			Dívida Remanescente		
	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Leasing	Capital	Perdão Dívida	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	General
Dívida PER	2 363 316,76 €		73 740,27		5 779 948,58 €		76 714,64 €	1 137 550,05 €		6 454,84 €	6 392,02 €	12 846,86 €	9 431 270,28 €	9 431 270,28 €	12 846,86 €	9 431 270,28 €	1 675 947,76 €	11 100 663,20 €
2017	3 938,36 €	709,53 €	2 516,48 €		5 682,49 €		707,24 €			6 454,84 €	6 392,02 €	12 846,86 €	6 454,84 €	6 392,02 €	12 846,86 €	6 454,84 €	6 392,02 €	12 846,86 €
2018	51 205,18 €	9 223,89 €	23 741,33 €		69 917,51 €		707,24 €			94 685,55 €	79 848,64 €	174 534,19 €	101 140,39 €	86 240,66 €	187 381,05 €	101 140,39 €	1 595 999,12 €	10 526 129,01 €
2019	98 471,50 €	17 738,25 €	23 741,33 €		73 132,18 €		19 480,89 €			141 693,77 €	91 577,67 €	233 271,39 €	242 894,11 €	177 818,33 €	420 652,44 €	242 894,11 €	1 504 421,45 €	10 692 857,62 €
2020	148 225,59 €	26 700,73 €	23 741,13 €		16 306,41 €		4 447,05 €			176 413,71 €	43 483,95 €	219 597,66 €	419 247,82 €	221 002,28 €	640 250,10 €	419 247,82 €	1 461 237,50 €	10 473 259,96 €
2021	218 917,80 €	39 434,88 €			17 972,69 €		3 039,29 €		105 903,24 €	423 845,16 €	57 567,75 €	481 412,91 €	843 092,98 €	278 570,03 €	1 121 665,01 €	843 092,98 €	1 403 669,75 €	9 994 847,05 €
2022	218 917,80 €	39 434,88 €			71 358,91 €		12 310,15 €			383 579,87 €	111 281,52 €	494 861,39 €	1 226 672,85 €	389 851,55 €	1 616 524,40 €	1 226 672,85 €	1 292 388,23 €	9 496 985,66 €
2023	218 917,80 €	39 434,88 €			69 460,26 €		12 558,61 €			424 686,17 €	109 134,41 €	533 820,58 €	1 651 359,02 €	498 985,96 €	2 150 344,98 €	1 651 359,02 €	1 183 255,82 €	8 963 165,08 €
2024	218 917,80 €	39 434,88 €			164 242,92 €		5 139,61 €			417 267,17 €	107 053,53 €	524 319,70 €	2 068 626,19 €	606 038,49 €	2 674 664,68 €	2 068 626,19 €	1 076 201,29 €	8 438 845,38 €
2025	218 917,80 €	39 434,88 €			65 354,35 €					412 127,56 €	104 789,23 €	516 916,79 €	2 480 753,75 €	710 827,72 €	3 191 581,47 €	2 480 753,75 €	971 412,06 €	7 921 928,59 €
2026	218 917,80 €	39 434,88 €			63 353,30 €					412 127,56 €	102 788,18 €	514 915,74 €	2 892 881,31 €	813 615,90 €	3 706 497,21 €	2 892 881,31 €	868 623,88 €	7 407 012,85 €
2027	218 917,80 €	39 434,88 €			61 248,44 €					412 127,56 €	100 683,32 €	512 810,88 €	3 305 008,87 €	914 299,22 €	4 219 308,09 €	3 305 008,87 €	6 894 201,97 €	6 383 280,04 €
2028	218 917,80 €	39 434,88 €			164 242,92 €					412 127,56 €	98 794,37 €	510 921,93 €	3 717 136,43 €	1 013 093,59 €	4 730 230,02 €	3 717 136,43 €	669 146,19 €	5 874 575,23 €
2029	218 917,80 €	39 434,88 €			57 142,37 €					412 127,56 €	96 577,25 €	508 704,81 €	4 129 263,99 €	1 109 670,84 €	5 238 934,83 €	4 129 263,99 €	572 568,94 €	6 383 280,04 €
2030	91 215,99 €	16 431,20 €			164 242,92 €					284 425,75 €	71 520,74 €	355 946,49 €	4 413 689,74 €	1 181 191,58 €	5 594 881,32 €	4 413 689,74 €	501 048,20 €	5 518 628,74 €
2031					164 416,59 €					204 970,16 €	53 036,25 €	258 006,41 €	4 618 659,90 €	1 234 227,83 €	5 852 887,73 €	4 618 659,90 €	448 011,95 €	5 260 622,33 €
2032					183 138,90 €					223 682,47 €	51 072,35 €	274 764,82 €	4 842 352,37 €	1 285 300,18 €	6 127 652,55 €	4 842 352,37 €	348 627,34 €	4 985 857,51 €
2033					229 749,12 €					270 302,69 €	48 317,26 €	318 619,95 €	5 112 655,06 €	1 333 617,44 €	6 446 272,50 €	5 112 655,06 €	4 667 237,56 €	4 351 490,57 €
2034					229 749,12 €					270 302,69 €	45 444,30 €	315 746,99 €	5 382 957,75 €	1 379 061,74 €	6 762 019,49 €	5 382 957,75 €	303 178,04 €	4 351 490,57 €
2035					229 749,12 €					270 302,69 €	42 573,32 €	312 876,01 €	5 633 280,44 €	1 421 635,06 €	7 074 895,50 €	5 633 280,44 €	260 004,72 €	4 038 614,56 €
2036					229 749,12 €					270 302,69 €	39 513,46 €	309 816,15 €	5 923 563,13 €	1 461 148,52 €	7 384 711,65 €	5 923 563,13 €	221 091,26 €	3 728 798,41 €
2037					229 749,12 €					270 302,69 €	36 829,55 €	307 132,24 €	6 193 865,82 €	1 497 978,07 €	7 691 843,89 €	6 193 865,82 €	184 261,71 €	3 421 666,17 €
2038					229 749,12 €					270 302,69 €	33 957,65 €	304 260,34 €	6 464 168,51 €	1 531 935,72 €	7 996 304,23 €	6 464 168,51 €	150 304,06 €	3 117 405,83 €
2039					229 749,12 €					270 302,69 €	31 185,75 €	301 488,44 €	6 734 471,20 €	1 563 121,47 €	8 297 592,67 €	6 734 471,20 €	119 118,31 €	2 815 917,39 €
2040					229 749,12 €					270 302,69 €	28 293,75 €	298 596,44 €	7 004 773,89 €	1 591 415,22 €	8 596 189,11 €	7 004 773,89 €	90 824,56 €	2 517 320,95 €
2041					229 749,12 €					270 302,69 €	25 341,95 €	295 644,64 €	7 275 076,58 €	1 616 757,17 €	8 891 833,75 €	7 275 076,58 €	65 482,61 €	2 221 676,31 €
2042					229 749,12 €					270 302,69 €	22 470,04 €	501 721,49 €	7 554 328,03 €	1 639 227,21 €	9 393 955,24 €	7 554 328,03 €	43 012,57 €	1 719 954,82 €
2043					229 749,12 €					229 749,12 €	19 626,52 €	249 375,64 €	7 984 077,15 €	1 658 853,73 €	9 642 930,88 €	7 984 077,15 €	23 386,05 €	1 470 579,18 €
2044					240 686,79 €					240 686,79 €	16 817,62 €	257 504,41 €	8 224 763,94 €	1 675 671,35 €	9 900 435,29 €	8 224 763,94 €	6 568,43 €	1 215 074,77 €
2045					1 206 506,34 €					1 206 506,34 €	6 568,43 €	1 213 074,77 €	9 431 270,28 €	1 682 239,78 €	11 113 510,06 €	9 431 270,28 €		
TOTAL	2 363 316,76 €	425 717,52 €	73 740,27 €	5 779 948,58 €	1 254 019,97 €	76 714,64 €	2 502,29 €	1 031 646,79 €	105 903,24 €	9 431 270,28 €	11 113 510,06 €							



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A União Mutualista Nossa Senhora da Conceição, encerrou o exercício de 2021 com um resultado líquido positivo no montante de 530 806,83 euros.

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido positivo no montante de 530 806,83 euros seja integralmente aplicado na rúbrica de resultados transitados.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do exercício e até à elaboração do presente relatório não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para efeitos do disposto Artº 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Montijo, 15 de março de 2021

O Conselho de Administração

Presidente Pedro Nuno Luís dos Santos



Vogal Patrícia Carla Gomes Rolo Soares da Silva



Vogal



Diamantino Jacinto Lopes Bonito

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

31 de dezembro de 2021

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em euros)

Ativo	Notas	2021	2020
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	9 248 967,79	8 097 591,31
Bens do património histórico, artístico e cultural	4	11 048,51	11 048,51
Ativos intangíveis	5	17 131,98	17 899,57
Investimentos financeiros		23 475,00	23 475,00
Total do Ativo não corrente		9 300 623,28	8 150 014,39
Ativo Corrente:			
Inventários	7	82 663,21	95 869,47
Créditos a receber	10	550 686,27	779 662,38
Diferimentos	14.1	29 044,39	22 661,10
Outros ativos correntes		316,29	183,10
Caixa e depósitos bancários	14.2	515 609,61	191 605,85
Total do Ativo corrente		1 178 319,77	1 089 981,90
Total do Ativo		10 478 943,05	9 239 996,29
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas		2 123 154,32	2 123 154,32
Resultados transitados		-7 270 334,83	-7 463 527,10
Excedentes de revalorização		3 042 058,36	1 596 435,54
Ajustamentos/Outras variações nos fundos próprios		1 837 936,70	1 856 009,28
Resultado líquido do período		530 806,83	193 527,12
Interesses que não controlam			
Total dos fundos patrimoniais		263 621,38	-1 694 400,84
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	6.2	5 653 630,52	5 714 153,13
Outras dívidas a pagar	10	2 551 066,41	3 199 025,72
Total do passivo não corrente		8 204 696,93	8 913 178,85
Passivo Corrente:			
Fornecedores	10	444 735,10	656 828,88
Estado e outros entes públicos	14.5	355 156,78	142 641,08
Financiamentos obtidos	6.2	135 695,23	32 812,64
Diferimentos	14.1	16 638,78	20 200,32
Outros passivos correntes		1 058 398,85	1 168 735,36
Total do passivo corrente		2 010 624,74	2 021 218,28
Total do passivo		10 215 321,67	10 934 397,13
Total do capital próprio e do passivo		10 478 943,05	9 239 996,29

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2021

O Contabilista Certificado

Jaques L. F. L.

O Conselho de Administração

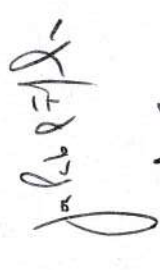

Rosa Maria Soares da Silva
D. Manuel Bando

RELATÓRIO GESTÃO 2021

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração	8	3 868 972,39	3 768 950,71
Variação nos inventários da produção	9	2 622 450,05	2 543 518,89
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das mat. consumidas	7	-827 298,57	-805 903,31
Fornecimentos e serviços externos	14.4	-1 959 652,54	-2 005 912,95
Gastos com o pessoal	11	-3 018 320,14	-3 149 651,41
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-33 936,72	43 177,70
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos reduções de justo valor			
Outros rendimentos	14.5	597 892,62	431 533,40
Outros gastos	14.6	-233 427,84	-153 449,08
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 016 679,25	672 263,95
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4	-344 882,64	-352 389,92
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		671 796,61	319 874,03
Juros e rendimentos similares obtidos	14.7	2,29	
Juros e gastos similares suportados	14.7	-140 992,07	-126 346,91
Resultado antes de impostos		530 806,83	193 527,12
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		530 806,83	193 527,12

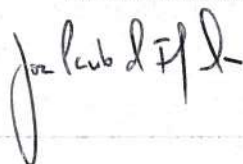



RELATÓRIO GESTÃO 2021

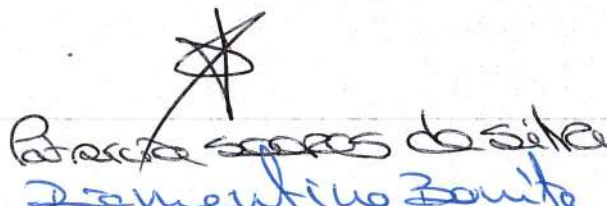
UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Montantes expressos em euros)

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes e utentes	4 072 531	3 887 104
Pagamentos a fornecedores	(2 759 091)	(2 992 459)
Pagamentos ao pessoal	(2 106 079)	(2 640 265)
Caixa gerada pelas operações	(792 639)	(1 745 620)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos / pagamentos	(1 370 823)	(612 672)
Fluxos das atividades operacionais [1]	(2 163 462)	(2 358 292)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(31 090)	(95 657)
Ativos intangíveis	(3 248)	(4 082)
Investimentos financeiros		
Outros Ativos	(34 338)	(99 739)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares		-
Outros	3 249	3 249
Fluxos das atividades de investimento [2]	(31 089)	(99 739)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Doações (subsídios à exploração)	2 622 450	2 543 519
Outras operações de financiamento	2 622 450	2 543 519
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(28 099)	(6 581)
Juros e gastos similares	(75 796)	(93 116)
Outras operações de financiamento	(103 895)	(99 697)
Fluxos das atividades de financiamento [3]	2 518 555	2 443 822
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	324 004	(14 209)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	191 606	205 815
Caixa e seus equivalentes no fim do período	515 610	191 606

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



RELATÓRIO GESTÃO 2021

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA OS PERÍODOS DE 2021 E DE 2020
(Montantes expressos em euros)

Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe		Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ Outras var. nos Fundos	Resultado líquido do período	Total
			Reservas	Resultados transitados				
Posição no início do período 2020			2 123 154	(7 463 255)	1 596 436	1 882 476	78 143	(1 783 046)
Alterações no período:								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Reexpressão retrospectiva de alterações de exercícios anteriores								
Realização dos excedentes de revalorização								
Excedentes de revalorização								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Aplicação do resultado líquido do exercício 2019				78 143			(78 143)	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(78 416)		(26 466)		(104 882)
				(273)		(26 466)	(78 143)	(104 882)
							193 527	193 527
							115 384	115 384
Operações com Instituidores no período								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Distribuições								
Outras operações								
Posição no fim do período 2020			2 123 154	(7 463 528)	1 596 436	1 856 010	193 527	(1 694 401)
Posição no início do período 2021			2 123 154	(7 463 528)	1 596 436	1 856 010	193 527	(1 694 401)
Alterações no período:								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização dos excedentes de revalorização								
Excedentes de revalorização					1 445 622			
Ajustamentos por impostos diferidos								
Aplicação do resultado líquido do exercício 2020				193 527			(193 527)	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(334)		(18 073)		
				193 193	1 445 622	(18 073)	(193 527)	1 427 215
							530 807	530 807
							337 280	337 280
Operações com Instituidores no período								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Distribuições								
Outras operações								
Posição no fim do período 2021			2 123 154	(7 270 355)	3 042 058	1 837 937	530 807	263 621

O Contabilista Certificado

João Paulo de F. L.

O Conselho de Administração

Patrícia Soares de Sá
Raimundo Banto



Anexo



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A União Mutualista Nossa Senhora da Conceição é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação Mutualista, com estatutos publicados no Diário da República n.º 127, Série II, de 2 junho de 2010, com sede na Rua do Hospital nº 1, 1º Dto. em Montijo, com o NIF n.º 501 103 457.

Tem como atividade principal “outras atividades de apoio social sem alojamento n.e.” (CAE 88990) e atividade secundária “comércio a retalho de produtos farmacêuticos, Estabelecimentos especiais” (CAE 47730). Os seus objetivos são desenvolver programas e ações de proteção e apoio nas áreas da segurança social e da saúde e contribuir para a promoção da cultura e a melhoria da qualidade de vida da população e, em particular, dos seus associados e respetivas famílias.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) em vigor em Portugal nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho, o qual é composto pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo, homologadas pelo Aviso 8259/2015, de 16 de Julho de 2015.

Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Continuidade

Apesar da Entidade se encontrar sujeita a um Processo de Revitalização (PER) que foi decretado por Sentença Judicial do Tribunal da Comarca do Barreiro e homologado em 27/12/2017, com base na informação disponível e nas expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

Handwritten marks in the top right corner, including a blue signature, a circled 'S', a star-like symbol, and a large arrow pointing downwards.

RELATÓRIO GESTÃO 2021

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

RELATÓRIO GESTÃO 2021

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- e
- c) Razão para a reclassificação.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As demonstrações financeiras, compreendendo o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos próprios, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade das operações da Entidade e no regime de acréscimo.

Verificaram-se algumas alterações nas estimativas contabilísticas e erros, que foram contabilizadas em Resultados Transitados.

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.



Os terrenos e edifícios, são mensurados ao justo valor com base em avaliações periódicas, pelo menos trianuais, efetuadas por avaliadores externos e independentes e profissionalmente qualificados, líquidos de depreciações subsequentes para os edifícios. A depreciação acumulada à data da reavaliação é eliminada do valor bruto do ativo, passando o valor líquido a refletir o valor de reavaliação.

Os aumentos resultantes da reavaliação de terrenos e edifícios são registados por contrapartida de fundos próprios na rubrica de excedentes de revalorização. As diminuições por reajustamentos de reavaliações anteriores dos mesmos ativos são igualmente levadas a fundos próprios até à concorrência dos respetivos aumentos, as diminuições remanescentes são reconhecidas na demonstração dos resultados como gastos do exercício.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Anualmente a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada reavaliada do ativo levada a gastos do período e a depreciação baseada no custo original do ativo é transferida dos excedentes de revalorização para resultados transitados.

Os terrenos não são sujeitos a depreciação. Os demais ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que se encontram em condições de serem utilizados. As depreciações são calculadas pelo método da linha reta com imputação dos gastos por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

RELATÓRIO GESTÃO 2021

Designação	Anos
Edifícios	50
Equipamento básico	3 a 7
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	4 a 8

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os dispêndios subsequentes, tais como, despesas de manutenção e reparação que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis são reconhecidas na demonstração dos resultados como rendimentos ou gastos do exercício em que ocorrem. Quando se trata de ativos revalorizados o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para a rubrica de resultados transitados.

RELATÓRIO GESTÃO 2021

b) Bens do património histórico e cultural

Os bens do património histórico e cultural foram doados à entidade e encontram-se valorizados pelo justo valor. As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "variações nos fundos patrimoniais".

Estes bens têm uma vida útil indefinida e não são objeto de depreciação. No entanto a Entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

c) Ativos intangíveis

A Entidade apenas reconhece um ativo intangível no seu balanço quando e só quando se trata de um recurso controlado, quando o dispêndio origina benefícios económicos futuros para a Entidade e quando o custo do ativo pode ser mensurado com fiabilidade. Não é permitida a adoção do modelo de revalorização para ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis gerados internamente são levados diretamente a gastos do período, exceto quando se trata de despesas de desenvolvimento cuja viabilidade técnica e económica se encontre assegurada, existam estudos de mercado que demonstrem a aceitação do produto e a Entidade pretenda lançar o produto no mercado.

Os ativos intangíveis adquiridos são reconhecidos pelo seu custo, líquido das amortizações acumuladas (apenas para os ativos intangíveis com vida útil finita) e das perdas por imparidade acumuladas.

Os restantes ativos intangíveis cujas vidas úteis sejam finitas são apresentadas ao custo histórico menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade. As amortizações são calculadas através do método da linha reta de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

RELATÓRIO GESTÃO 2021

Designação	Anos
Marcas e licenças	15 a 20
Licenças de software	3

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação ou de abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos”, ou “Outros gastos e perdas”.

d) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao mais baixo, do valor do custo ou do seu valor realizável líquido. Sempre que o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou ainda, do valor recuperável pelo uso na conversão em produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A Entidade utiliza como forma de custeio para apurar o custo das mercadorias vendidas e/ou consumidas o “FIFO”. Para as matérias-primas, subsidiárias e de consumo a forma de custeio para apurar o custo das mesmas é o “FIFO”.

RELATÓRIO GESTÃO 2021

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como “Imparidade de inventários (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

A Entidade utiliza o regime do inventário permanente, de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 12.º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho

Os custos dos inventários não incorporam custos com empréstimos obtidos.

e) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

i) Contas a receber

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal a Entidade tem em consideração a informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que prove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento

em que a Entidade tenha em curso Ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor sobre o imposto acrescentado recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e a outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

iii) Contas a pagar

As contas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço

no passivo corrente ou não corrente, consoante o seu vencimento ocorra a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

v) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são registados inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos, e, subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo.

f) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

RELATÓRIO GESTÃO 2021

As provisões são revistas em cada data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Entidade desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da Entidade.

Os passivos contingentes não são definidos pela Entidade como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.



g) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transfiram substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos" e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

h) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente reconhecidos nos custos de aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

i) Imposto sobre o rendimento

A Instituição está isenta de IRC, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do CIRC, exceto quanto aos rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, os quais ficam sujeitos a IRC.

RELATÓRIO GESTÃO 2021

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

j) Especialização dos exercícios

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

k) Subsídios e outros apoios

Os subsídios, incluindo os subsídios não monetários, apenas são reconhecidos quando exista uma segurança de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica de “Subsídios à exploração”, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos próprios, sendo

RELATÓRIO GESTÃO 2021

posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos fundos próprios exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios que se tornem reembolsáveis devem ser contabilizados como uma revisão de uma estimativa contabilística, nos termos da norma sobre Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros.

1) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídios de refeição, de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso são ainda incluídas as contribuições para a segurança social, os gastos com seguros de acidentes de trabalho e outros gastos de Ação social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

Resulta da legislação laboral em vigor que o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes estão reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

m) Rédito

O rédito relativo a vendas, prestação de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

RELATÓRIO GESTÃO 2021

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade. Os royalties são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

n) Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.1. Juízos de valor efetuados pelo órgão de gestão no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma

RELATÓRIO GESTÃO 2021

prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram, reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras Entidades do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

RELATÓRIO GESTÃO 2021

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis

Descrição	Saldo em 01-01-2020	Aquisições/D otações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	675 744,64					675 744,64
Edifícios e outras construções	13 924 041,27	3 955,41				13 927 996,68
Equipamento básico	3 303 745,30	27 060,06				3 330 805,36
Equipamento de transporte	276 357,36				1,99	276 359,35
Equipamento administrativo	881 732,28	5 741,60				887 473,88
Outros Ativos fixos tangíveis	133 276,68					133 276,68
Propriedades de investimento	113 165,14					113 165,14
Outros Ativos fixos tangíveis em curso	142 823,27	58 899,88		-42 648,21		159 074,94
Total	19 450 885,94	95 656,95	0,00	-42 646,22	0,00	19 503 896,67
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	7 021 400,13	233 913,63				7 255 313,76
Equipamento básico	2 839 677,55	103 086,48				2 942 764,03
Equipamento de transporte	264 368,35	4 873,96				269 242,31
Equipamento administrativo	859 763,36	5 468,19				865 231,55
Propriedades de investimento	13 421,88	1 560,00				14 981,88
Outros Ativos fixos tangíveis	46 742,50	317,56				47 060,06
Total	11 045 373,77	349 219,82	0,00	0,00	0,00	11 394 593,59
SOMA						8 109 303,08
Bens de patrimonio histórico e cultural						11 048,51
Perdas por imparidade acumuladas						663,26
VALOR LIQUIDO dos AFT						8 097 591,31

Ativos Fixos Tangíveis

Descrição	Saldo em 01-01-2021	Aquisições/D otações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	675 744,64				70 250,00	745 994,64
Edifícios e outras construções	13 927 996,68	12 576,75		159 868,29	3 500 558,37	17 601 000,09
Equipamento básico	3 330 805,36	21 200,83				3 352 006,19
Equipamento de transporte	276 359,35	7 000,00	-40 904,94	0,00		242 454,41
Equipamento administrativo	887 473,88	406,50				887 880,38
Outros Ativos fixos tangíveis	133 276,68					133 276,68
Propriedades de investimento	113 165,14				30 304,98	143 470,12
Outros Ativos fixos tangíveis em curso	159 074,94	5 187,16		-159 868,29		4 393,81
Total	19 503 896,67	46 371,24	-40 904,94	0,00	3 601 113,35	23 110 476,32
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	7 255 313,76	231 129,94			2 150 562,29	9 637 005,99
Equipamento básico	2 942 764,03	97 229,11		-249,03		3 039 744,11
Equipamento de transporte	269 242,31	6 144,68	-40 904,94			234 482,05
Equipamento administrativo	865 231,55	4 747,20				869 978,75
Propriedades de investimento	14 981,88	1 560,00			4 928,24	21 470,12
Outros Ativos fixos tangíveis	47 060,06	55,69				47 115,75
Total	11 394 593,59	340 866,62	-40 904,94	-249,03	2 155 490,53	13 849 796,77
SOMA						9 260 679,55
Bens de patrimonio histórico e cultural						11 048,51
Perdas por imparidade acumuladas						663,26
VALOR LIQUIDO dos AFT						9 248 967,78

RELATÓRIO GESTÃO 2021

Os edifícios e outras construções estão valorizados ao justo valor e foram objeto de testes de imparidade realizados em dezembro de 2021. Assim com base nos estudos de avaliação executados por uma entidade externa e competente todos os imóveis da Entidade foram revalorizados em 31 de dezembro de 2021, tendo sido registado um impacto nos ativos líquidos e nos fundos próprios da Entidade de cerca de 1.445 Mil Euros.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis

Descrição	Saldo em 01-01-2020	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-12-2020
Custo					
Programas de computador	246 661,24	3 082,38		0,00	249 743,62
Propriedade Industrial	25,00			-25,00	0,00
Total	246 686,24	3 082,38	0,00	-25,00	249 743,62
Depreciações acumuladas					
Programas de computador	228 698,95	3 170,10		0,00	231 869,05
Propriedade Industrial	25,00			-50,00	-50,00
Total	228 723,95	3 170,10	0,00	-50,00	231 844,05
VALOR LIQUIDO dos AI					17 899,57

RELATÓRIO GESTÃO 2021

Ativos intangíveis

Descrição	Saldo em 01-01-2021	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-12-2021
Custo					
Programas de computador	249 743,62	3 248,43		0,00	252 992,05
Total	249 743,62	3 248,43	0,00	0,00	252 992,05
Depreciações acumuladas					
Programas de computador	231 844,05	4 016,02		0,00	235 860,07
Total	231 844,05	4 016,02	0,00	0,00	235 860,07
VALOR LIQUIDO dos AI					17 131,98

6. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

69 - Gastos e perdas de financiamento	2021	2020
691 Juros suportados		
6911 Juros de financiamentos obtidos	75 796,11	74 278,72
6914 Juros de mora e compensatórios	5 365,13	6 746,38
6915 Juros de acordos	39 434,88	23 029,78
6988 Outros	20 395,95	22 292,03
TOTAL	140 992,07	126 346,91

Alocação entre passivo corrente e não corrente

A alocação dos empréstimos entre passivo corrente e não corrente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, é como segue:

Financiamentos Obtidos

Descrição	2021		2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
CCAM	2 794 017,20	80 790,84	2 867 607,41	
NOVO BANCO	1 096 052,68	16 066,14	1 091 130,86	0,00
MG	1 705 218,26	37 101,85	1 696 033,84	32 556,06
BPI	58 342,38	1 736,40	59 381,02	0,00
Total	5 653 630,52	135 695,23	5 714 153,13	32 812,64

7. INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

Os inventários são valorizados pela fórmula de custeio FIFO, segundo a qual os itens do inventário que foram adquiridos ou produzidos primeiro, são vendidos primeiro, conseqüentemente os itens que constituem o inventário no fim do período são os itens que foram adquiridos e/ou produzidos mais recentemente.

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

RELATÓRIO GESTÃO 2021

Descrição	Inventário em 31/12/2021	Inventário em 31/12/2020
Mercadorias - Farmácia	61 734,14	64 146,43
Matérias-primas, Subsidiárias e de consumo	20 929,07	31 723,04
Total	82 663,21	95 869,47
Custo das mercadorias e das matérias consumidas	827 298,57	805 903,31

8. RENDIMENTOS E GASTOS

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

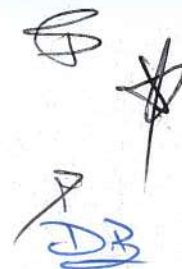
Os critérios para reconhecimento dos réditos são os seguintes:

RÉDITO DAS VENDAS – São reconhecidos na demonstração de resultados (i) quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, (ii) quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, (iii) quando o montante dos réditos possam ser fiavelmente quantificados, (iv) quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e (v) quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;

RÉDITO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – São reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RELATÓRIO GESTÃO 2021



	2021	2020
Proveitos inerentes associados		
Jóias		
Quotizações	145 444,00	147 724,00
Vendas (Farmácia)	1 073 594,15	1 129 535,99
Prestação de serviços	2 649 934,24	2 491 690,72
Total	3 868 972,39	3 768 950,71

9. SUBSÍDIOS E APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo		
Centro Regional de Segurança Social	2 031 761,92	1 981 182,16
Administração Regional de Saúde	302 509,30	296 787,57
Centro Emprego	29 624,09	22 492,13
Outras entidades	258 554,74	243 057,03
Total	2 622 450,05	2 543 518,89

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros e os fundos próprios apenas são reconhecidos pela Entidade quando esta se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

São mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de fundo próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos.

RELATÓRIO GESTÃO 2021

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse da Entidade.

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a Entidade apresenta as seguintes dívidas a pagar:

Fornecedores

Descrição	2021		2020	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores c/c	406 159,64	927 426,32	467 253,42	1 010 272,92
Fornecedores títulos a pagar	1 555,90		1 555,90	
Fornecedores c/ acordos	37 019,56		188 019,56	
Total	444 735,10	927 426,32	656 828,88	1 010 272,92

Outros Ativos e outros Passivos correntes

Activos Correntes		
	2021	2020
Outros activos financeiros		
Outras contas a receber		183,10
Adiantamentos a fornecedores	316,29	
Total	316,29	183,10
Passivos Correntes		
	2021	2020
Pessoal		
Remunerações a pagar	0,00	147 034,65
Fornecedores de Investimento	2 334,37	2 334,37
Credores por acréscimo de gastos	525 105,62	499 662,60
Outros credores	46 259,27	33 901,35
Adiantamentos de clientes	484 644,93	484 550,93
Saldos credores de clientes	54,66	1 251,46
Total	1 058 398,85	1 168 735,36

RELATÓRIO GESTÃO 2021

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a Entidade apresenta as seguintes dívidas a receber

Descrição	2021	2020
Clientes e utentes	257 441,76	472 811,05
Outras contas a receber	293 244,51	306 851,33
Total	550 686,27	779 662,38

11. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O Conselho de Administração é composto por 3 elementos.

Não existem membros que acumulem em simultâneo, funções de órgãos diretivos no exercício de 2021.

O Conselho Fiscal é atualmente composto por 3 elementos.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o quadro de pessoal era composto da seguinte forma:

	2021		2020	
	Efetivos	C. Termo	Efetivos	C. Termo
Pessoal Técnico	40	16	46	13
Pessoal Administrativo	15	0	16	0
Pessoal Auxiliar	94	72	88	52
Outros	1	4	3	9
Estagiários	0	0	0	1
TOTAL	150	92	153	75

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

RELATÓRIO GESTÃO 2021

Benefícios dos Empregados, Pessoas ao Serviço e Gastos com Pessoal

Descrição	2021	2020
Remuneração dos Órgãos Sociais	85 203,54	88 353,56
Remunerações ao Pessoal	2 380 220,46	2 296 888,05
Indemnizações	8 277,98	237 560,16
Encargos sobre as Remunerações	494 495,97	485 663,92
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	32 387,68	30 879,72
Outros Gastos com o Pessoal	17 734,51	10 306,00
Total	3 018 320,14	3 149 651,41

12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração, em 15 de março de 2022. Contudo, os associados em Assembleia Geral poderão não aprovar as presentes demonstrações financeiras ou solicitar alterações às mesmas.

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia da doença CoViD-19, resultante da disseminação do novo coronavírus SARS-CoV-2. Estamos a acompanhar em permanência a evolução da pandemia, continuando a minimizar os riscos associados ao surto e, na sequência das recomendações da Direção Geral de Saúde, implementamos planos de contingência com o objetivo de garantir a segurança dos nossos colaboradores, utentes e comunidade em geral.

Adotamos ainda medidas para assegurar a continuidade das operações.

Por último, não podemos deixar de referir, que 2021 continuou a ser um ano de extrema exigência, e que pese embora as diversas contrariedades, a prática de gestão se pautou no sentido do cumprimento dos objetivos e rigor.

O facto de estarmos em período pré endémico, segundo os especialistas, não nos é ainda permitido perspetivar os reais efeitos na economia em termos

globais, e em particular na social, facto que está agravado no presente pela guerra que se instalou entre a Rússia e a Ucrânia.

A Administração considera, com base na informação atualmente disponível, que a Entidade dispõe de liquidez suficiente para prosseguir a sua atividade.

13. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, estando a decorrer e a ser cumprido um plano de pagamento faseado cuja dívida ascende a 575 euros, que não se encontra integrado no Processo Especial de Revitalização (PER) homologado em 27/12/2017.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, existindo um plano de pagamento estabelecido no âmbito do Processo Especial de Revitalização (PER) homologado em 27/12/2017.

No sentido de viabilizar a sua atividade a entidade assinou um Processo Especial de Revitalização (PER) que foi decretado por Sentença Judicial do Tribunal da Comarca do Barreiro e homologado em 27/12/2017. Estão incluídos atualmente no PER dívidas à banca, à segurança social e a fornecedores comuns num total aproximado de 8 588 mil euros (cerca de 84,07% dos passivos a 31/12/2021) que serão liquidados aos respetivos credores durante os próximos 23,5 anos.

Para os efeitos do disposto no art.º 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, divulga-se que os honorários totais faturados pelo Revisor Oficial de Contas no exercício de 2021 referem-se exclusivamente a serviços de revisão legal de contas. Durante o exercício não foram faturados à Entidade quaisquer honorários por outros serviços de garantia e fiabilidade nem lhe foram faturados honorários relativos a consultadoria.

RELATÓRIO GESTÃO 2021

14. OUTRAS DIVULGAÇÕES

De forma a melhorar a compreensão das presentes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

14.1 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Diferimentos

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Outros	29 044,39	22 661,10
Total	29 044,39	22 661,10
Rendimentos a reconhecer		
Outros	16 638,78	20 200,32
Total	16 638,78	20 200,32

14.2 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e Depósitos Bancários

Consolidado

Descrição	31/12/21	31/12/20
Caixa	2 740,96	1 426,21
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	512 868,65	190 179,64
Total	515 609,61	191 605,85

14.3 Estado e outros entes públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos

Descrição	2021		2020	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Ativo				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	0,00		0,00	
Total	0,00	0,00		
Passivo				
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	2 611,69	0,00	6 024,38	0,00
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	38 606,57		34 285,33	0,00
Segurança Social	313 938,52	1 623 640,09	102 331,37	2 061 475,69
Total Crédito	355 156,78	1 623 640,09	142 641,08	2 061 475,69
Saldo	-1 978 796,87		-2 204 116,77	

14.4 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Subcontratos	442 295,87	410 994,12
Serviços Especializados	1 034 748,83	1 107 710,29
Materiais	90 014,24	103 738,12
Energia e fluidos	163 136,70	156 469,47
Deslocações, estadas e transportes	2 019,38	2 479,64
Serviços diversos (*)		
Limpeza, higiene e conforto	128 428,30	113 988,65
Rendas e alugueres	24 271,91	28 025,30
Comunicações	51 477,48	57 206,49
Seguros	13 250,94	13 748,19
Outros Serviços	10 008,89	11 552,68
TOTAL	1 959 652,54	2 005 912,95

14.5 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros rendimentos

Descrição	2021	2020
Rendimentos suplementares	20 820,97	201 430,31
Descontos de pronto pagamento obtidos	26 702,71	26 119,87
Ganhos em inventários	290,74	1 447,35
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	4 463,03	1 456,80
Outros rendimentos e ganhos	545 615,17	201 079,07
Total	597 892,62	431 533,40

14.6 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos

Descrição	2021	2020
Impostos	3 612,28	4 503,44
Dívidas incobráveis	0,00	3 177,70
Perdas em inventários	4 114,62	3 149,52
Outros Gastos e Perdas	161 379,68	64 451,38
Gastos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes	64 321,26	78 167,04
Total	233 427,84	153 449,08

14.7 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

RELATÓRIO GESTÃO 2021

Descrição	2021	2020
Gastos Financeiros		
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	120 596,12	104 054,88
Outros gastos de financiamento	20 395,95	22 292,03
Total	140 992,07	126 346,91
Proveitos Financeiros		
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	2,29	0,00
Total	2,29	0,00
Resultados financeiros 79-69	-140 989,78	-126 346,91

Handwritten signature

PARECER DO CONSELHO FISCAL



Adelina

Marques

PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2021

Exmos. Associados,

1. No cumprimento da alínea c) do artigo trigésimo oitavo dos Estatutos da União Mutualista N^a S^a da Conceição, Associação Mutualista, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu parecer sobre os documentos da prestação de contas do exercício de 2021.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Associação e a sua gestão no exercício de 2021, condicionado, ainda, pela pandemia do Covid-19, tendo realizado reuniões por videoconferência.
3. Acompanhou, também, por correio eletrónico e videoconferência, a elaboração das contas anuais de 2021 pelos serviços da Associação.
4. Obtivemos as informações solicitadas aos Serviços e ao Conselho de Administração, pelo que agradece a sua inestimável colaboração.
5. O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Gestão e os aspetos mais relevantes das Demonstrações Financeiras de 2021 que apresentam um ativo líquido de 10 478 943,05 euros e um total de fundos patrimoniais positivos de 263 621,38 euros que inclui um resultado líquido positivo de 530 806,83 euros.
6. Da análise das contas de 2021 destacamos:
 - a) A revalorização de Ativos Fixos Tangíveis, conjuntamente com o Resultado Líquido do Exercício, gerou **Fundos Próprios positivos** pela primeira vez nos últimos cinco anos.
 - b) O EBITDA ultrapassou o milhão de euros, apesar das adversidades verificadas no exercício de 2021.
7. Continuámos a acompanhar o cumprimento do Processo Especial de Revitalização (PER).
8. O Conselho Fiscal reconhece o excelente trabalho de gestão realizado pelo Conselho de Administração em 2021, dificultado, ainda, pela pandemia Covid-19.
9. O Conselho Fiscal apreciou o Relatório e a Certificação Legal das Contas, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas, que aqui se dão por reproduzidos.

10. Pelo acima exposto, é convicção do Conselho Fiscal que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras refletem, de forma verdadeira e apropriada, a evolução da atividade da Associação e a respetiva situação patrimonial.

11. Nestes termos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral da União Mutualista N^a S^a da Conceição aprove:

- As Demonstrações Financeiras do exercício de 2021;
- O Relatório de Gestão referente ao mesmo exercício;
- Voto de louvor ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da UMNSC pelos resultados atingidos.

Montijo, 28 de março de 2022.


O Conselho Fiscal,



António Manuel Corrêa de Sousa Fortunato



João Maria da Silva Costa



Adelina Isabel Lopa Silva Marques

**CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS
CONTAS
E
RELATÓRIO E PARECER
DO
REVISOR OFICIAL DE
CONTAS**



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 10.478.943 EUR e um total de fundos patrimoniais de 263.621 EUR, incluindo um resultado líquido de 530.807 EUR), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Os fracos procedimentos de controlo interno existentes no cálculo das amortizações dos exercícios anteriores a 2018, associados à inconsistência verificada nas vidas úteis dos ativos fixos tangíveis praticadas naqueles exercícios, não nos permitiram validar satisfatoriamente o valor das amortizações acumuladas, àquela data, no montante de 11.848 Mil EUR, nem o valor líquido dos ativos fixos tangíveis no montante de 7.546 Mil EUR.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Apesar de a Entidade ter vindo a demonstrar capacidade financeira para resolver os seus compromissos imediatos e de em 31 de dezembro de 2021 os seus fundos próprios já serem positivos em 264 Mil EUR, por força do resultado do exercício no montante de 531 Mil EUR e do reconhecimento de uma reserva de revalorização dos imóveis no montante de 1.446 Mil EUR, tendo em consideração que os passivos abrangidos pelo Processo Especial de Revitalização (PER) ainda não começaram a ser substancialmente amortizados e considerando também os eventuais efeitos da pandemia da doença CoViD-19 e da guerra na Europa, entendemos poder existir a suscetibilidade de a Entidade deixar de ter capacidade de prosseguir em continuidade sem recorrer a apoios financeiros extraordinários dos associados e/ou de terceiros.

Ênfases

1. Conforme referido no relatório de gestão e na Nota 13 do anexo, foi homologada em 27/12/2017 a Sentença Judicial que decretou o Processo Especial de Revitalização, no qual está abrangido um passivo no montante aproximado de 8.588 Mil EUR (8.961 Mil EUR em 31 de dezembro de 2020), que serão liquidados aos respetivos credores faseadamente durante os próximos 23 anos.
2. Conforme divulgado no relatório de gestão e na Nota 13 do anexo, a Entidade tem uma dívida fiscal à Autoridade Tributária no montante de 575 EUR que se encontra coberta por um adequado plano de pagamentos faseados, o qual não se encontra integrado no Processo Especial de Revitalização (PER) homologado em 27/12/2017.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma de Contabilidade e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Palmela, 28 de março de 2022

JT SANTOS & ASSOCIADO - SROC, LDA

Representada por Joaquim Teixeira Santos, ROC N.º 1245



RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Aos Sócios da,

UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório sobre a atividade por nós desenvolvida e o nosso Parecer sobre os documentos de prestação de contas da UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO ("Entidade"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2021, acompanhámos com a periodicidade e profundidade que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade através da realização de testes, análises e outros procedimentos para verificação da regularidade dos seus registos contabilísticos e do cumprimento dos normativos legais e estatutários em vigor, tendo-nos sido facultados pelo Conselho de Administração e pelos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço reportado a 31 de dezembro de 2021, as demonstrações dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações nos fundos próprios, para o exercício findo naquela data e o respetivo anexo, tendo verificado que foram elaborados nos termos da Norma Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística. Adicionalmente, revimos o relatório de gestão elaborado pelo Órgão de Gestão e a proposta de aplicação de resultados nele expressa. Em consequência do trabalho realizado, emitimos nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas, a qual contém reservas, incertezas materiais sobre a continuidade e ênfases e se considera anexa ao presente relatório e parecer.

Face ao exposto, somos de parecer que, exceto quanto aos efeitos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações de âmbito descritas na secção "Bases para a opinião com reservas" e tendo ainda em consideração os assuntos referidos na secção "Incerteza material relacionada com a continuidade" e na secção "Ênfases", todos da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias em vigor, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Sócios.

Desejamos ainda manifestar o nosso apreço, ao Conselho de Administração e aos demais colaboradores da Entidade, por toda a colaboração que nos foi prestada ao longo do exercício.

Palmela, 28 de março de 2022

JT SANTOS & ASSOCIADO - SROC, LDA

Representada por Joaquim Teixeira Santos, ROC N.º 1245

